
Citação bibliográfica: Reis, J. (2022). Por que é que o capitalismo tem sido tão longo e persistente? *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*, (2). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3209>

Por que é que o capitalismo tem sido tão longo e persistente?

Jose Reis*¹ 

Resumo: O objetivo deste artigo é dar resposta à pergunta que lhe dá título. Defende-se que o capitalismo tem sido longo e persistente porque, designadamente, se rodeou de condições institucionais que foram sendo construídas para viabilizar o que lhe é inerente e essencial: propriedade, uso de trabalho alheio, mercados e acumulação. Assim foi superando a sua fraqueza congénita. Alude-se à sucessão das evoluções posteriores à Revolução Industrial, dos processos de regulação e das formas de economia mista, dando especial atenção ao chamado “capitalismo democrático”, à financeirização do capitalismo e à instabilidade que esta gera contemporaneamente. Fala-se, pois, de ordens, desordens, movimentos e contramovimentos. Conclui-se com uma definição de capitalismo, tendo em mente o que ele é como objeto de estudo.

Palavras chave: instituições; regulação; economia mista; financeirização.

¿Por qué el capitalismo es tan largo y persistente?

Resumen: El objetivo de este artículo es responder a la pregunta que le da título. Se argumenta que el capitalismo ha sido largo y persistente porque se rodeó de condiciones institucionales que se iban construyendo para viabilizar lo que le es inherente y esencial: la propiedad, el uso del trabajo ajeno, los mercados y la acumulación. De esta manera superó su debilidad congénita. Alude a la sucesión de desarrollos posteriores a la Revolución Industrial, procesos de regulación y formas de economía mixta, prestando especial atención al llamado “capitalismo democrático”, a la financiarización del capitalismo y a la inestabilidad que esta genera en la contemporaneidad. Hablamos, por tanto, de órdenes, desórdenes, movimientos y contramovimientos. Se concluye con una definición de capitalismo, teniendo en cuenta lo que es como objeto de estudio.

Palabras clave: instituciones; regulación; economía mixta; financiarización.

Why has capitalism been so long and persistent?

Abstract: The aim of this article is to answer the question that gives it its title. It is argued that capitalism has been long and persistent because, namely, it has surrounded itself with institutional conditions that have been built to make viable what is inherent and essential to it: property, use of other people’s labor, markets and accumulation. In this way he overcame his congenital weakness. It alludes to the succession of developments after the Industrial Revolution, regulatory processes and forms of mixed economy, giving special attention to the so-called “democratic capitalism”, to the financialization of capitalism and the instability that this generates contemporaneously. We speak, therefore, of orders, disorders, movements and counter-movements. It concludes with a definition of capitalism, bearing in mind what it is as an object of study.

Key words: institutions; regulation; mixed economy; financialization.

¹ Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). * Autor para correspondência: jreis@fe.uc.pt



1. UMA PERGUNTA INICIAL

Pensemos nas sociedades contemporâneas. No que elas são hoje e nas trajetórias que nos trouxeram até aqui. No que mais estruturalmente as caracteriza e, porventura, as diferencia. Faz sentido que as vejamos essencialmente como capitalismo – uma mesma condição recobre tempos e espaços muito diferenciados. É notório que, para lá da variedade que justifica usar o termo no plural, de ruturas localizadas, de desvios relevantes ou de circunstâncias turbulentas, há uma longa duração, uma persistência de elementos comuns que nos permitem recorrer ao termo *capitalismo* e assumir continuidades essenciais.

É esta última questão que nos leva à pergunta mais enfática deste texto: por que é que o capitalismo tem sido tão longo, duradouro e persistente? É uma interrogação com várias intenções. Procura-se com ela, como deve ser próprio das ciências sociais, assumir uma tensão. Neste caso, a tensão entre a instabilidade que parece ser inerente ao capitalismo e que desde a sua origem lhe tem sido sempre apontada e, afinal, a sua persistência, duração e variabilidade. Porventura, também a tensão entre uma lógica conflitual profunda de desigualdade, de exploração e de acumulação e, por outro lado, a da busca, eventualmente circunstancial, de mecanismos económicos e políticos redistributivos e de estabilização das relações sociais e de inclusão. A tensão, enfim, entre ordens e desordens, poderes e contrapoderes.

Esta interrogação é tributária de uma outra, muito mais elementar, feita com o intuito de alcançar uma interpretação substantiva deste fenómeno histórico, institucional, político, social e, evidentemente, económico: o que é realmente o capitalismo, como o devemos definir e representar para fazemos dele matéria de estudo e para termos uma compreensão adequada do que ele é, tanto intrínseca como empiricamente?

O ponto de partida para esta digressão deve ser claro: no capitalismo há a *essência* e há as *circunstâncias*. Os elementos essenciais identificam e distinguem o capitalismo e fazem dele um *regime político-institucional* definível em termos gerais e precisos. São relações sociais fundamentais: a propriedade, o uso do trabalho alheio através do salário e a criação de mercados. Assim como é clara a presença de uma lógica dominante: a da acumulação de capital. É isto que constitui as continuidades do capitalismo, a sua condição permanente. As circunstâncias decorrem da evolução e da transformação próprias das longas durações, relacionam-se com os *problemas* com que o capitalismo tem de se confrontar e representam-se em *momentos históricos* que, tal como aconteceu na sua origem, correspondem a *arquitecturas institucionais* e políticas concretas.

Depois de me deter na longa *duração* do capitalismo e de o encarar a partir da sua forma produtiva e industrial (secção 2), organizo este artigo à volta dos argumentos que revelam a perspectiva que adoto. O primeiro é o seguinte: o capitalismo, na sua origem assim como nas suas evoluções, é uma *construção institucional*, não resulta de uma ordem natural ou espontânea, não é um processo linear nem uma inevitabilidade (secção 3). Compartilho, pois, a ideia de que ele não funciona em si nem *por si*, tem uma “fraqueza congénita”,² carece de contextos que o viabilizem, de uma sociedade em que se incruste. A sua duração resulta do facto de *nunca estar sozinho* e de *se apoiar* sempre no que não lhe é intrínseco. Ele foi, sucessivamente, *viabilizado*. Defenderei mesmo que, *limitado a si mesmo*, à sua essência, o capitalismo não teria subsistido (secção 4). Isso aconselha a que compreendamos que ao longo do tempo e no seu *tempo longo* o capitalismo gera *ordens e desordens*, acontecem *movimentos e contramovimentos* (secção 5). São tempos históricos concretos, fases que o diferenciam, mostrando que ele não é unitário nem invariante. As grandes fases do capitalismo, as sucessões fundamentais de regimes de acumulação e de modos de regulação, justificam que se dê grande importância ao que ocorreu ao longo do século XX, desde a crise dos anos trinta e do New Deal, até ao fordismo (secção 6). Isso leva-me a enfatizar a importância das formas de *economia mista* do pós-guerra e do que já foi designado “capitalismo democrático”, mostrando o que radicalmente o distingue do que veio a emergir na década de 1980 e a consolidar-se na de 1990 e que justifica que se fale de *financeirização* (secção 7). Termino (secção 8) com uma definição de capitalismo com a qual pretendo captar a sua essência (propriedade, assalariamento e acumulação) e as formas de

² Como veremos adiante, esta expressão é de Karl Polanyi.

relacionamento, diversas e conflituais, com o que o rodeia e é circunstancial. O capitalismo transforma-se, adapta-se e diferencia-se e é possível falar da sucessão de vários capitalismos. Continuará a ser sempre assim?

2. A LONGA DURAÇÃO DO CAPITALISMO: UMA EVOLUÇÃO CONSTANTE

A *duração* secular do capitalismo,³ o seu tempo longo, está demonstrada, tanto em termos materiais e históricos quanto em termos intelectuais. Há muito que sociedades vivem sob condições sociais e políticas diretamente relacionadas com a lógica da propriedade valorizada economicamente, do uso do trabalho assalariado e das transações mercantis que visam o lucro e a acumulação. E é também desde há muito que sobre tudo isto se estabeleceram conceitos, interpretações e debates.⁴

O que aqui me interessa é o capitalismo industrial, isto é, aquele em que uma base produtiva concreta e diferenciada se torna essencial, definindo as restantes relações. Não cuidarei, pois, de ir mais atrás, à história do capitalismo mercantil ou dos “numerosos e [...] importantes” mercados criados a partir do século XVI (Polanyi, 2012 [1944], p. 192).⁵ Nem seguirei Schumpeter (1996, p. 172), quando diz que “nada mais é necessário”, para compreender o capitalismo e a sua evolução, do que “uma adequada atenção aos pormenores da estrutura económica e social da Idade Média e da história económica do século VIII até ao século XVI”.⁶ Prefiro dar valor ao que aconteceu quando “o núcleo da Revolução Industrial” se estabelece no século XVIII, sabendo que isso correspondeu a “uma melhoria quase miraculosa dos instrumentos de produção, acompanhada de uma degradação catastrófica nas condições de existência da gente comum” (Polanyi, 2012 [1944], p. 161). E considerar que “o ponto de partida do capitalismo moderno” se estabelece na primeira metade do século XIX com as grandes reformas legislativas inglesas (Polanyi, 2012 [1944], p. 225).⁷

Embora com outro enfoque, Douglass North (1981, pp. 159, 161) assume também que “o processo de crescimento económico sustentado que os historiadores acreditam que começou entre 1750 e 1830” é “a cronologia tradicional” e representou uma mudança radical da vida. Essa “era clássica da revolução industrial foi uma aceleração da mudança económica”. Mas a “revolução real na tecnologia”, a que chama “Segunda Revolução Económica”, foi na segunda metade do século XIX: “a transformação revolucionária [...] é predominantemente um acontecimento dos últimos 150 anos”.

Por tudo isto, quando Marx começou a publicar *O Capital* (o primeiro tomo é de 1867), tratava-se de “compreender a dinâmica de um capitalismo industrial em pleno desenvolvimento” porque já não eram as

³ Seguindo Hodgson (2015, p. 252), o termo capitalismo terá sido usado pela primeira vez por Louis Blanc em 1850, e apenas na nona edição do seu livro *Organisation du Travail*, querendo significar a apropriação do capital por parte de alguns, com exclusão de outros. Proudhon usou-o no ano seguinte. Já o termo capitalista, mais frequente, teria surgido no século XVII. David Ricardo, nos *Princípios de Economia Política* (1817) refere-se ao “capitalista”, o mesmo acontecendo com Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848). Também conta para história que Marx só tenha usado este termo duas vezes no primeiro volume de *O Capital* (1867) e nove vezes nos dois volumes seguintes. Este exercício tem, obviamente, os seus limites e é apenas acessório. É razoável pensar-se que expressões como “modo de produção capitalista” significam exatamente “capitalismo”. Mas é certo que a distinção entre capital, capitalistas (os detentores do capital) e capitalismo é reveladora. A aceitação desta última palavra representa, na verdade, a transição para um conceito económico, social e político de natureza sistémica. Representa a compreensão de que é no plano global da sociedade, e não apenas de algumas das suas esferas, que está o essencial. Fernand Braudel (1979) empenhou-se também nesta apreciação. Segundo ele, o termo capital era usado em Itália no início do século XII e significava o conjunto de ativos de uma empresa comercial.

⁴ A lista é imensa e seria desapropriado procurar uma amostra representativa. Contudo, deixando de lado os grandes clássicos (Marx e os do marxismo, Keynes, Weber, Hayek ou Polanyi que formariam uma espécie de panteão), refiro, apenas para registar referências que chegaram aos nossos dias, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Fred Hirsch, John Kenneth Galbraith, Wolfgang Streek, Michel Aglietta, Robert Boyer, Fred Block ou Immanuel Wallerstein.

⁵ Karl Polanyi publicou *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* em 1944. Neste texto uso a edição portuguesa de 2012, sendo daí que retiro as citações aqui feitas.

⁶ Schumpeter (1996, p. 172) criticava Max Weber, por, entre outros, sentir “a necessidade de explicar o aparecimento do capitalismo por intermédio de uma teoria especial”, no caso, “uma revolução religiosa”.

⁷ A reforma da lei eleitoral, em 1832, e a emenda da lei dos pobres, em 1834.

questões ricardianas⁸ da agricultura e da renda fundiária, enquanto obstáculo à acumulação, que prevaleciam (Piketty, 2014, p. 23).⁹

Trate-se da revolução industrial, trate-se de um capitalismo industrial já estabelecido, podemos falar de uma duração secular.¹⁰ Este tempo volvido, é de capitalismo que continuamos a falar. O capitalismo industrial desenvolveu-se, assumiu novas formas e lugares e novos modos de organizar a produção. Aqui vale a pena sublinhar o que Schumpeter (1996, p. 179) escreveu: “a primeira coisa a notar acerca do processo capitalista é o seu caráter evolutivo”. As tecnologias e os mercados transformaram-se, o mesmo aconteceu com os sistemas de emprego. Assistimos a diversas formas de relação e articulação com o Estado, nos seus diferentes papéis, e com a esfera pública. O modo como o capitalismo influencia a vida material mudou substantivamente. O quadro internacional tornou-se muito mais do que a soma das expressões nacionais de um capitalismo com diversas formas, e o exercício semântico para compreender esse plano, que está para lá de cada nação ou região (ínfra ou supranacional), foi prolixo.¹¹ Mas estivemos sempre sob uma lógica de *acumulação*, assente no poder da *propriedade* e na mobilização generalizada do *trabalho assalariado*. Nisto consiste a persistência e a duração.

Desafiado politicamente, envolto em crises que alteram os processos de criação e captação de riqueza, adjetivado umas vezes de industrial, outras de financeiro, de monopolista ou de concorrencial, de democrático ou de totalitário, de contratual ou de liberal, o capitalismo subsiste na sua longa duração e persiste na sua capacidade de acumulação, sempre sob desigualdades estruturais. Os desafios que o têm confrontado são-lhe exteriores e internos, são intelectuais e políticos. Os socialismos reais cabem na categoria de desafios políticos exteriores e configuraram um confronto de sistemas. A duração do capitalismo é, de facto, uma sucessão de desafios e de crises. É de *transformações*. A *evolução* que é inerente ao capitalismo comporta seleção, difusão de regras e rotinas, complementaridades e interdependências, no sentido de uma complexidade crescente (Hodgson, 2015, pp. 315-331). As crises que gerou e os desafios com que se confrontou foram numerosos e são, por assim dizer, o outro lado, o reverso, daquela duração. Faz sentido colocar ambas as questões em relação. As crises, ao serem superadas, constituíram a mais óbvia resposta à pergunta que formulei.

O capitalismo pode ter correspondido à utopia de autonomizar da sociedade uma instância onde o individualismo, a iniciativa guiada pelo autointeresse, pela apropriação privada dos resultados obtidos em transações e pelo uso livre de recursos preexistentes através de mecanismos liberais, se realizasse plenamente, por si própria, estabelecendo assim uma hierarquia. Mas essa utopia nunca se realizou, a não ser, porventura, como distopia trágica. O que mais nitidamente encontramos é um processo histórico, político e institucional onde se revela a complexidade, a variedade e a impureza.

3. O CAPITALISMO COMO CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL

O capitalismo não está inscrito na “ordem natural das coisas”, não é um dado, nem resulta de uma inevitabilidade histórica ou de uma simples evolução orgânica de algo que vem de trás. Não surgiu por si. Foi, na verdade, construído. Construído institucionalmente. Ele é um “tipo específico de ordem social”, “um conjunto de instituições sociais interrelacionadas” (Streeck, 2011b, pp. 137-138), “é um fenómeno historicamente delimitado”, não algo universal, e é “o produto de uma família de culturas específicas, a família ocidental” (Boldizzoni, 2020, pp. 234, 260). Schumpeter (1987 [1943], p. 121) já tinha há muito deixado claro que “considerações puramente económicas não são suficientes para compreendermos a realidade: “há um complemento cultural da economia capitalista – uma superestrutura sociopsicológica”. Pelo menos isso.

⁸ Os *Princípios...*, de David Ricardo tinham sido publicados meio século antes, em 1817.

⁹ Pierre François e Claire Lemerrier (2021), adotando uma perspetiva “mundialista” falam das três idades do capitalismo: a idade do comércio, de 1680 a 1880, a idade da fábrica, de 1880 a 1980, e a idade da finança, depois de 1980.

¹⁰ A obra monumental de Pierre Dockès (2019 e 2021) é uma referência magnífica para compreendermos esta dimensão secular.

¹¹ Um desses exercícios é o que conduziu à ideia de globalização, classificada como “metáfora da perplexidade” (Reis, 2001).

A ideia de que há uma “originalidade intrínseca” do capitalismo é muito bem demonstrada por Bernard Maris¹² quando o diferencia do que lhe é historicamente anterior. Esta é uma questão prévia à noção de construção institucional. Maris argumenta que muito do que geralmente associamos ao capitalismo já existia sem que este existisse. A produção, a raridade, a troca, a propriedade, a moeda, a acumulação (o excedente), o mercado internacional, o mercado derivado (sobre “futuros”), a contabilidade e a moeda escritural, a técnica, a predação da natureza ou a hierarquia – tudo isto existia em sociedades que não qualificamos como capitalistas. A redefinição histórica acontece porque “o capitalismo levantou quatro grandes questões: a relação do homem com trabalho, a relação do homem com a técnica, a relação do homem com o tempo e a relação do homem com a natureza” (Maris, 2018, p. 47).

Ora, é esta redefinição histórica que permite a emergência de tal originalidade, que é necessário compreender. A generalização do crédito, do mercado e do contrato (a dimensão dos mercados e a produção em massa) associa-se à ambição de geração do infinito. A máquina e a tecnociência correspondem à explosão do progresso técnico, à submissão da ciência à técnica, à razão aplicada. O mito da velocidade e da perenidade representam o ganho de tempo, a racionalização. Por isso, o capitalismo carece de um “senhor do tempo” (Delmas, 1991), que substitua o tempo cíclico, o da vida, pelo tempo linear, o da busca “do excedente pelo excedente”, isto é, da acumulação – que consagre o capitalismo como religião do progresso. Esse “senhor”, que lhe dará os instrumentos, é o Estado, o sistema político e legal, incluindo as leis coercivas, e é neste contexto que podemos, afinal, encontrar a matéria nuclear da construção institucional.

3.1. A primeira construção institucional: a criação de mercadorias fictícias e a autonomização do mercado

Esta mão bem visível já agia desde há muito. A libertação dos obstáculos locais e senhoriais que impediam a criação de um mercado interno para o primeiro mercantilismo está bem documentada na história. A regulamentação e as leis a partir de um Estado em lenta construção foram essenciais para que a simples ideia de um mercado e a realização de transações tivessem significado. O desenvolvimento da economia ocorria até aí no quadro social prevalecente, coisa que mais tarde e noutras circunstâncias voltaria a ser lembrado. Os mercados eram instrumentos, não eram sujeitos dominadores. É particularmente clarificador ter presente Polanyi (2012 [1944], pp. 209-218), como farei repetidamente a seguir. No sistema mercantilista, anterior ao capitalismo industrial, “a regulamentação e os mercados [...] cresceram juntos”. Mas aí, “a ordem económica é simplesmente uma das funções da ordem social” e “os mercados nunca foram mais do que elementos acessórios da vida económica”. A própria manufatura desenvolveu-se em quadros domésticos. Do mesmo modo, “até finais do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental era um mero prolongamento do comércio”.

A questão crucial surge quando a sociedade do século XIX, com o capitalismo industrial, “isolou a atividade económica e a imputou a uma motivação económica à parte”. Isso “foi uma inovação singular” (Polanyi, 2012 [1944], p. 214). Com a fábrica e a maquinofatura, tornou-se necessário criar uma força de trabalho “livre”, arrancada às condições e às formas de pertença rurais e agrícolas (de sujeição senhorial ou do campesinato “autónomo”) para serem lançadas no novo mercado em que a variável central é um salário sem regras. Este não foi, obviamente, um processo espontâneo ou natural nem uma simples resposta a “incentivos”. Foi um processo protegido, tanto no que diz respeito ao lado da oferta de emprego quanto ao da oferta de trabalho, mas protegido apenas para o capital em formação. A emergência da “economia de mercado” envolveu “poderes, órgãos e instrumentos”, isto é, ação política e legal intervencionista, mesmo coerciva. A sociedade é alterada (pela política) para “que o sistema funcione segundo as suas próprias leis”: “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”. Criou-se “uma instituição específica – que não é outra senão o próprio mercado”, ele “é uma forma institucional que apareceu somente no nosso tempo e em mais nenhum”.

¹² Bernard Maris foi um economista culto e informado, um “homem da cidade”, que, para lá da sua importante obra económica, desempenhou um papel de relevo no debate público em França, com frequentes intervenções na comunicação social. No dia 7 de janeiro de 2015 foi um dos que foram cruamente assassinados na redação do *Charlie Hebdo*, onde assinava *Oncle Barnard*. Esta nota é também uma homenagem à sua memória.

A partir daí, “são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico”. A prevalência dos mercados “não decorria de uma qualquer tendência intrínseca aos mercados a proliferarem, mas era antes o efeito de estimulantes artificiais ministrados ao corpo social a fim de dar resposta a uma situação que foi criada pelo fenómeno não menos artificial da maquinaria” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 168, 194-195). Foi nisto que consistiu a criação da *sociedade de mercado* dentro da qual funciona a *economia de mercado*.

A “invenção da maquinaria e instalações mais complexas [do que o “sistema doméstico” e a manufatura caseira], o desenvolvimento do *sistema da fábrica*” [sublinhado meu], causou uma “inversão decisiva”. Isso implicou ações radicais, como aconteceu em Inglaterra com a “vedação [*enclosure*] dos campos abertos”, os *commons* “cercados pelos senhores”. Simultaneamente, produziu-se a mercadorização da terra e do trabalho. Desestruturou-se a relação fundiária. Formou-se uma “oferta disponível para a compra”. A moeda, por sua vez, associou-se à acumulação que as alterações da vida material implicavam, deixando de ser apenas um meio para as trocas. Isso desencadeou “uma transformação completa da estrutura da sociedade”. O elemento fulcral desta construção institucional é a criação do que Polanyi designa *mercadorias fictícias*: trabalho, natureza e moeda. Elas são “elementos essenciais da indústria” e, por isso, têm “também de ser organizadas em mercados”. A integração no mercado do que não era mercadoria – a terra é a natureza, o trabalho é uma parte da vida de seres humanos e a moeda é um símbolo do poder de compra – resultou, pois, de ações deliberadas de natureza política, jurídica e ideológica. Originará também tensões disruptivas, visto que, afinal, elas “não são, evidentemente, mercadorias” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 213, 215, 219).

Foi a partir daquelas intervenções exteriores, e não dos poderes intrínsecos do capitalismo, que aconteceu essa mudança radical. O que se tem chamado construção institucional do capitalismo é um processo complexo pelo qual a sociedade, a política e as novas instituições que se vão criando viabilizam um capitalismo que depois delas se liberta e a elas se impõe. “A fé no progresso espontâneo torna-nos necessariamente cegos para o papel dos governos na vida económica” (Polanyi, 2012 [1944], p. 168). Mas esse papel foi muito forte.

Compreende-se assim que “os mercados são instituições que não funcionam essencialmente no interior de uma economia, mas no seu exterior”; “a emergência de mercados nacionais não foi de modo algum o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera económica frente ao controlo dos governos. Pelo contrário, o mercado foi o produto de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta por parte dos governos, que impuseram, com vista a fins que não eram económicos, a organização do mercado à sociedade.” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 195, 461). Era preciso viabilizar algo de novo. Formou-se uma sociedade que serviu de “elemento auxiliar do mercado”.

Convém ter presente que não é só na influente visão polanyiana que a perceção da construção institucional está presente. As tradições são diversas e mostram quem se inquieta com a estreiteza da visão neoclássica ou com a redução do capitalismo a um ente natural, tornado inevitável pela racionalidade individualista. Vale a pena juntar a Polanyi uma linha de pensamento mais convencional, embora matizada pelas intuições institucionalistas,¹³ na forma que lhe foi dada pelo novo institucionalismo.¹⁴ Douglass North, um laureado com o “Nobel”, é um autor essencial para se compreender e discutir a *construção*, umas vezes paulatina, outras vezes radical, do capitalismo, sendo este o resultado de evoluções que se vão consolidando.¹⁵ Para ele, o que acontece

¹³ No institucionalismo, “as instituições contam”, isto é, as sociedades, enquanto comunidades ativas, consolidam normas, regras, princípios de ação, isto é, “consolidações coletivas de formas de compreender, agir e organizar as interações em sociedade” (Reis, 2009, p. 20). Este é tanto o resultado da vida na sociedade e na economia, do desenvolvimento, quanto é aquilo que os enquadra. O “velho institucionalismo” é uma abordagem crítica e teve em Thorstein Veblen (1857-1929) e John Commons (1862-1945) os seus pais fundadores.

¹⁴ O “novo institucionalismo” é uma evolução do institucionalismo dentro da economia convencional, tem em Ronald Coase (1910-2013) e Douglass North (1920-2015), prémios “Nobel” em, respetivamente, 1991 e 1993, duas referências principais. Somam-se-lhes Oliver Williamson (1932-2020) e Elinor Ostrom (1933-2012), ambos “Nobel” em 2009. Encaro o novo institucionalismo essencialmente como uma aproximação às dimensões organizacionais da economia, seja através das teorias da empresa, dos contratos ou das formas de governação policêntricas, seja pelo lugar que atribuem aos direitos de propriedade, às aprendizagens, aos ativos específicos e aos comportamentos oportunistas (*free rider*).

¹⁵ Para lá das obras do autor, em que se salientam North (1981, 1990 e 2005), veja-se, designadamente, [Galiani](#) e [Sened](#) (2014) ou Libecap (2018).

na Revolução Industrial não é suficiente para termos aquilo que só uma construção institucional posterior há de assegurar, e a que North chama Segunda Revolução Económica. Esta evolução não é um simples dado histórico, algo que resulte apenas da linha do tempo. Trata-se de ações e deliberações precisas, situadas no campo da política, que transcendem os mercados e as transações. E tal acontece em contextos de incerteza ubíqua e sistemática, num mundo que não é a reprodução calculada do passado, é um mundo “não-ergódico” (North, 2005). Por isso, diz, repetidamente, que é a “criação de um corpo de direitos de propriedade”, “direitos de propriedade específicos (que não são o *laissez faire*)” (North, 1981, p. 159), que dá forma à evolução económica. A finalidade é evitar a dispersão e dissipação das formas de criação e apropriação de valor, concentrando-as e tornando-as “eficientes”. É “a evolução dos direitos de propriedade que fez aumentar a taxa de retorno privada para próximo da taxa social” (North, 1981, p. 173). Trata-se um conjunto formal de regras que *compensa* quem se ajusta a elas e *constrange* quem lhe desobedeça. Não se pode ser mais claro. Tudo começa, e é aí que está a clareza, na definição dos direitos de propriedade, que obviamente, não estavam estabelecidos no termos que o capitalismo necessitava. Ele especifica: direitos sobre a terra, sobre o capital com que se usa o trabalho alheio, sobre as tecnologias e o conhecimento, sobre o excedente produzido, etc. Os mesmos temas da mercadorização identificados por Polanyi. E dá particular importância à ideologia, isto é, aos termos que delimitam o debate e limitam as opções. O capitalismo depende também de ideias que vão sendo geradas e usadas como ferramenta poderosa. Algo que Piketty (2020) veio lembrar recentemente.

É, pois, a especificação dos direitos de propriedade (não os mercados ou as transações) que desencadeia o alargamento do uso dos fatores de produção e dos produtos, resultando daí maior especialização e maior divisão do trabalho, com aumento dos custos de transação. É isto que, numa perspectiva assaz funcionalista, iria exigir mudanças organizacionais com o intuito de reduzir estes últimos custos, de baixar os custos de inovação e, portanto, o aumento da sua taxa de retorno. Mas a verdade é que isso deixa ver o papel que a ciência, a tecnologia, a experimentação e a aprendizagem desempenham na “revolução real” do capitalismo que ocorre na segunda metade do século XIX (North, 1981, pp. 159, 162). Há três passos essenciais, que North enfatiza de modo muito particular: o “desenvolvimento das disciplinas científicas”, as “interações intelectuais entre cientistas e inventores” e o “importante passo da evolução dos direitos de propriedade”, das patentes e das “leis complementares (tais como segredos de comércio) com o objetivo de aumentar as taxas de retorno privadas”. Juntam-se a isso formas de limitação do comércio através do monopólio, “como resultado da garantia de direitos exclusivos ao longo do tempo”, sabendo-se que esses ganhos privados eram o resultado de financiamentos públicos, “o que refletia a crescente atenção pública para com a alta taxa social de retorno dos avanços científicos” (North, 1981, p. 173).

Em suma, o capitalismo foi viabilizado por deliberações e circunstâncias que estão para lá da sua natureza intrínseca se entendermos que esta é constituída pela racionalidade do mercado e pelas transações. E também não tem uma forma estável e definitiva, quer dizer, não assumiu sempre uma condição constante. A questão básica, que é útil assumir, é que ele não funciona sozinho. É demasiado frágil. Precisa de quem lhe assegure duração, depois de lhe ter originado as características essenciais.

4. O CAPITALISMO NÃO FUNCIONA SOZINHO: “FRAQUEZA CONGÉNITA” E NECESSIDADE DE INCRUSTAÇÃO

Como sintetiza João Rodrigues (2004, p. 198) nas suas cuidadosas leituras de Polanyi,¹⁶ “a reprodução [do capitalismo] foi assegurada porque ele nunca dependeu exclusivamente do mercado”. Podia supor-se, como

¹⁶ Deste autor veja-se, a propósito de Polanyi, a discussão sobre a endogeneidade das preferências, isto é, sobre a incrustação (Rodrigues, 2004), sobre o mito da “ideia quase-naturalística” dos mercados e da sua condição apolítica ou amoral (Rodrigues, 2018a), sobre o que, fora deles, os constrói e torna possíveis (Rodrigues, 2018b). Polanyi e a leitura informada que dele faz atravessa todo o trabalho de João Rodrigues, desde a tese de doutoramento (Rodrigues, 2010) até ao mais recente livro (Rodrigues, 2022). Uma das dimensões claras deste interesse consiste certamente no entendimento de que, com Polanyi, “a economia só pode ser entendida como um ‘processo instituído’ de interação social, um conjunto de arranjos institucionais culturalmente determinados pelos quais os diferentes grupos sociais satisfazem as suas necessidades materiais e asseguram a sua reprodução social” (Rodrigues, 2004, p. 192).

começa por sugerir Boldizzoni (2020: pp. 232 e 245), que uma “estrutura social altamente hierarquizada e uma orientação individualista” seriam as “duas forças poderosas” que bastariam para “manter o capitalismo vivo” e sobre as quais se desenvolvia “um tipo de sociedade compatível com o controlo dos meios de produção por uma minoria e com o uso do mecanismo do mercado para a alocação dos recursos e dos fatores de produção”, a que se juntava “uma cultura burguesa [...] orientada para a obtenção de riqueza para fins pessoais”. Contudo, não demora que seja também necessário juntar o argumento de que a sua “ascensão, duração e declínio [...] depende de condições que transcendem as características inerentes ao seu tecido” (Boldizzoni, 2020, p. 14). O “capitalismo não é um sistema rígido”, ele tem uma “plasticidade inerente”, de que resulta a sua “adaptabilidade” – a “maleabilidade é a sua grande força” (Rodrik & Stantcheva, 2021, pp. 824-825).

Fred Block (2018, pp. 2, 12) enfatiza particularmente a ideia de que “o capitalismo não é uma coisa coerente e unificada” e de que “a crença largamente difundida” de que a “economia é autónoma, coerente e regulada pelas suas lógicas internas” é “uma ilusão”. Os capitalistas não são produtores individuais nem os consumidores são apenas o outro lado da produção. Começa aí um conjunto de articulações com que se enquadra o que, numa aceção comum, definiria inicialmente o capitalismo. De facto, ele depende do que instrumentaliza e sujeita, mas também do que inclui e do que o condiciona. “Uma sociedade puramente capitalista trabalharia de um modo completamente diferente daquelas que observamos historicamente, *se é que na realidade poderia existir* (Schumpeter, 1996, p. 159, itálico no original). Para Hodgson (2015, p. 381), o que define o capitalismo como “um sistema de produção com seis características,¹⁷ ele “não é um simples sistema de mercado: contém, inevitavelmente, diferentes subsistemas de governação, produção, distribuição e troca”.

O primeiro grande momento da construção institucional do capitalismo, de uma economia industrial baseada no assalariamento, correspondeu, como vimos, ao propósito intervencionista de libertar a economia e as transações da sociedade, do seu contexto, e de autonomizar o mercado. Contudo, “a separação institucional entre a política e a economia, [revelar-se-ia] um perigo mortal para a substância da sociedade”. A “dinâmica intrínseca” do sistema de mercado foi breve. “Bastante paradoxalmente, [...] também a organização da própria produção capitalista tornava necessário preservar os efeitos devastadores de um mercado autorregulado” (Polanyi, 2012 [1944], p. 467, 300). Isso consistiu, essencialmente, em retirar do mercado o que não era do mercado. Agir sobre a ficção. Daí resultaria uma sociedade industrial dotada de instituições não mercantis. Esta foi “a grande transformação”. “Todas as economias realmente existentes são incrustadas” na sociedade (Rodrigues, 2004, p. 197). Foi assim antes do capitalismo, volta a ser assim com o capitalismo industrial, depois da breve ilusão.

É de novo em Karl Polanyi que estas intuições se encontram, numa visão inspiradora. Há, uma “debilidade congénita” do capitalismo que o impede de funcionar por si, apenas com as instituições criadas para proporcionar a sociedade de mercado. De facto, esse passo no sentido do funcionamento de um mercado que passava a sujeitar outros elementos essenciais para que o capitalismo progredisse revelou-se rapidamente uma distopia trágica. “A civilização do século XIX desmoronou-se”.¹⁸ A conflitualidade, a exploração e, sobretudo, a impossibilidade de um mercado autorregulado não tardaram a revelar os seus limites e as suas incapacidades. A grande crise de 1929 tornou isso claro, depois do que as últimas décadas do século XIX já tinham revelado, e requereu de novo que outras ações viessem enquadrar o capitalismo.

O trabalho e os recursos naturais ficaram desprotegidos, a moeda estava desregulada e ameaçava as “empresas produtivas”. Deixá-los nas mãos do mercado “equivale a aniquilá-los”. Geraram-se “tensões institucionais de fundo”, “tensões explosivas” resultantes de uma “uniformidade de ordenamentos

¹⁷ 1. Um sistema legal que garante um conjunto largo de direitos e liberdades para acesso à propriedade privada. 2. Troca de mercadorias e mercados que envolvem dinheiro. 3. Propriedade privada dos meios de produção através de empresas que produzem e vendem bens e serviços para obterem lucros. 4. Produção organizada separadamente da família e da casa. 5. Trabalho assalariado e relação contratual de emprego. 6. Um sistema financeiro desenvolvido com instituições bancárias e de crédito, com a propriedade a servir de colateral (Hodgson, 2015, p. 259).

¹⁸ Esta é a frase inicial do capítulo 1 de *A Grande Transformação*. E também é claro no livro que “o estabelecimento da economia de mercado” no século XIX é, ele próprio, “uma transformação decisiva” (p. 171). “Uma súbita transição” (p. 192).

institucionais” e que se manifestariam nas “principais esferas institucionais” através de “acontecimentos reais”: pelo desemprego, pelas tensões entre classes e pelas rivalidades imperialistas (Polanyi, 2012 [1944], pp. 298, 302, 410). Em vista das deficiências da autorregulação, a sociedade protegeu-se e a intervenção política foi de novo necessária.

4.1. A segunda construção institucional: a reincrustação na sociedade

Karl Polanyi explicou-nos a construção institucional que possibilitou o capitalismo e, com igual originalidade, mostrou-nos como a construção de um sistema de mercado que determinasse todas as instâncias da vida individual e coletiva era insustentável e daria, como deu, origem a crises profundas, sendo a de 1929 a mais expressiva.

A impossibilidade de uma autorregulação pelo mercado ficou demonstrada pelas “tensões disruptivas” que ocorrem no meio século que culmina na grande depressão dos anos 30.¹⁹ Só se o trabalho fosse sempre abundante e fornecido sem restrições, com grandes reservas de mão-de-obra, só se houvesse sempre terra livre e disponível, só se a moeda não fosse regulada por uma autoridade e não tivesse, portanto, uma referência externa – só nestas condições se poderia considerar aquela autorregulação. Isto mesmo trouxe consigo um outro elemento essencial: não se tratava apenas de limitar e conter, tratava-se de redistribuir. A limitação e regulamentação dos tempos de trabalho e a eliminação de condições de trabalho desumanas foram mecanismos talvez mais poderosos do que os ganhos salariais alcançados, incluindo no seu significado redistributivo. Na verdade, tratava-se de reincrustar na sociedade um sistema económico que não podia funcionar sem ela. Há, por isso, dois grandes movimentos que possibilitaram e consolidaram o capitalismo industrial inicial.

A distinção entre sociedade de mercado e sociedade industrial é muito importante. “*A fraqueza congénita da sociedade do século XIX resultava do facto de ela ser, não uma sociedade industrial, mas uma sociedade de mercado. A civilização industrial continuará a existir quando a experiência utópica de um mercado autorregulado já não for mais do que uma recordação do passado*”, escreveu Polanyi (2012 [1944], p. 461, com itálico no original). A ideia de um “mercado autorregulado”, isto é, uma economia de mercado autonomizada, “liberta” da relação com a instituições sociais não mercantis que eram próprias das sociedades pré-capitalistas, revelou-se uma “utopia” impossível e insustentável.

Quando se revelaram os problemas essenciais desta primeira transformação em que tudo foi feito para viabilizar o capitalismo e o autonomizar, foi necessário reinserir, reincrustar, o capitalismo numa sociedade que, de novo, o viabilizasse. O contrário do que a esfera política tinha feito num primeiro momento. O capitalismo não funcionaria apenas *em si* nem *por si*. “A economia de mercado, se a deixassem evoluir segundo as suas próprias leis, criaria grandes males permanentes”, avisou Polanyi (2012 [1944], p. 298). Os “contramovimentos” são, pois, essenciais à sua própria sobrevivência. O passo essencial consistiu em “retirar ao mercado os elementos da produção – terra, trabalho e moeda”, “eliminando a ficção da mercadoria” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 462-463). O problema tornava-se simples. Estes elementos têm, na verdade, uma dupla natureza: por um lado são mercadorias, isto é, são colocadas no mercado, desenraizadas da sua condição anterior, por outro lado não se lhes podem aplicar ilimitadamente as leis da oferta e da procura. Como sintetizou Wolfgang Streeck (2014, pp. 50-51), “uma mercadoria fictícia define-se como um recurso ao qual as leis da oferta e da procura só se aplicam parcialmente e dificilmente; ela só pode, portanto, ser tratada como mercadoria de forma cuidadosamente circunscrita, regulada, pois a completa mercadorização vai destruí-la ou torná-la inútil”.

O próprio funcionamento do capitalismo de mercado iria, portanto, obrigar à “proteção” das terras, dos trabalhadores e das moedas, visto que se desencadearam depressões: nos Estados Unidos, “bastou cerca de uma década de prosperidade, até 1929, para causar uma depressão tão brutal que, para a enfrentar, o New Deal resolveu proteger o trabalho e a terra por meio de um fosso defensivo mais profundo e largo do que tudo o que a Europa conheceu”. Polanyi conclui pelo “acerto” da sua tese: “a proteção social acompanha obrigatoriamente um mercado autorregulado”. Em suma, “em última instância, a autorregulação deficiente do

¹⁹ Curiosamente, Polanyi, em *A Grande Transformação*, só usa o termo Grande Depressão ou Depressão para se referir à de 1873-1886, quando se trata da crise dos anos 30 fala de depressão.

mercado conduziria à intervenção política”, “os governos tiveram de enfrentar a tensão” (Streeck, 2014, pp. 398-399, 404).

O capitalismo industrial careceu, pois, da formação de uma sociedade que o viabilizasse na sua forma inicial e precisou de outra sociedade quando, perante a crise e a dificuldade de funcionar, necessitou que se lhe assegurasse a continuidade. Forma-se assim, “uma sólida couraça protetora das unidades de vida social que, entretanto, se formavam. Estas unidades eram uma nova entidade fundida no molde da nação”. São “nações de tipo crustáceo”. A segunda grande intuição de Polanyi, a seguir à da construção institucional do capitalismo, é a de que ela envolve um duplo movimento: *extensão* de mercados e *proteção* face aos mercados.

O resultado foi uma “sociedade industrial”, uma “civilização industrial” que superasse as incapacidades da sociedade de mercado, assente “numa base que não [é] a do mercado”, mas a de “grandes instituições duradoras” com as quais o “primado da sociedade de novo se afirma”, para assim tornar possível o que não o seria sem ela. Foi preciso dar lugar a “instituições que tornem os direitos eficazes”, visto que “uma simples declaração de direitos é insuficiente” (Streeck, 2014, pp. 462, 468). Numa frase muito tributária de John Commons (1931, pp. 648-649), quando este diz que as instituições são “ação coletiva no controlo, libertação e expansão da ação individual”, supõe-se que “ao nível institucional, a regulação expande e ao mesmo tempo restringe a liberdade”, visto que há princípios a observar e a garantir, como os que resultam da “imposição compulsiva de uma distribuição mais justa dos rendimentos, dos ócios e da segurança” (Polanyi, 2012 [1944], p. 406). Nisto consiste, afinal, a “liberdade numa sociedade complexa”, título do último capítulo de *A Grande Transformação*.

Não é, de facto, de um capitalismo concebido apenas como um sistema assente no mercado, na apropriação privada dos meios de produção, na relação salarial e em formas avançadas de desenvolvimento tecnológico que aqui estamos a tratar. Um sistema com o significado histórico do capitalismo não existiria só com as suas características mercantis ou empresariais. É preciso também falar do que viabiliza e ampara o capitalismo. Compreendemos, através disso, que, mais do que de um sistema puro, é de um sistema complexo e matizado que tratamos. O capitalismo não está sozinho e depende do que o acompanha, mesmo numa fase de abundância, ou melhor, para que uma fase de abundância seja possível e se mantenha. A “proposição de que *cada sistema socioeconómico, para funcionar, deve assentar em pelo menos um subsistema estruturalmente dissemelhante*” (Hodgson, 2015, p. 40) tem, de novo, aqui pleno cabimento. É o princípio da impureza: uma economia impura que reclama uma ciência económica impura (Reis, 2009), isto é, uma economia política.

De facto, antes do capitalismo, foi sempre no quadro de sociedades organizadas e em relação fina com elas que a produção, o exercício do trabalho e as transações se foram estabelecendo e desenvolvendo. Os alvares da manufatura e da maquinofatura ocorreram igualmente nestes contextos. A economia estava “incrustada” na sociedade. Por sua vez, o mercado, enquanto mecanismo de regulação, e a economia de mercado, enquanto arquétipo de organização, resultaram de um processo de autonomização deliberado relativamente à sociedade, através de regras estabelecidas para o efeito, de direitos consignados e do desmantelamento de relacionamentos anteriores. E, quando esta diferença, que distingue a sociedade do século XIX, mostrou a sua incapacidade da autorregulação e criou formas dramáticas de conflito e crise, foi de novo a sociedade que teve de se proteger e criar novas formas de incrustação social e política da economia, para que esta não soçobrasse. Depois da construção institucional do capitalismo houve que regressar a compromissos institucionalizados, que nalguns momentos da história foram particularmente acelerados – estas foram as condições de existência dos capitalismo contemporâneos. Ainda são?

5. ORDENS E DESORDENS, MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS DO CAPITALISMO

Afastada a possibilidade de se considerar o capitalismo como um dado, uma inevitabilidade ou uma ordem natural; assumida a sua condição de construção política, social e, portanto, institucional, importa agora encarar a sua *natureza não estável nem linear*. Na verdade, o capitalismo resulta de movimentos e contramovimentos

(destinados “a controlar a expansão em determinadas direções”²⁰ do movimento de contínua expansão do mercado), estabelece ordens e desordens. É variado e variável. John Kenneth Galbraith (1952), outra das mentes brilhantes que esteve sempre junto do essencial, cunhou o termo “poder compensador” e mostrou como se vão institucionalizando nas sociedades mecanismos que modificam as relações, diferenciando-as e alterando-as face ao que aconteceria se apenas o poder do mercado prevalecesse.

Em dado momento, por exemplo nos capitalismos desenvolvidos a seguir à II Guerra Mundial (II GM), as formas de viabilização foram “orgânicas”, ordenadas, e eram parte de um regime económico que se anunciava especialmente portador de progresso e de criação de riqueza, assumindo a sua redistribuição. Mas hoje sucedem-se as que resultam da forte captura do poder político e ideológico por lógicas financeiras e rentistas, numa busca incessante de novos domínios que só a cedência de espaço por parte da esfera pública lhes permite alcançar. O capitalismo, através do neoliberalismo, capturou o Estado (Rodrigues, 2022).

O capitalismo tem uma incontornável natureza histórica. Evolui, transforma-se, sucedem-se formas de organização. Ele insere-se em contextos precisos. Enfrenta crises e dificuldades em que o seu poder enfraquece ou é desafiado. É obrigado a reagir. Esta dependência estreita das condições e das circunstâncias – da história e das sociedades – revela que o que lhe é próprio e define a sua natureza, nunca desaparecendo, se liga necessariamente ao que se vai definindo como campo das possibilidades. Para compreendermos a duração e a transformação do capitalismo é preciso, pois, convocar também o que não lhe é intrínseco e que o condiciona, distinguir entre o que é essencial e o que é contingente. Fixar-me-ei nisso para compreender o que vou chamar “ordens relacionais” do capitalismo.

As evoluções do capitalismo não são erráticas. São determinadas pelo tempo e pelo espaço. No tempo, elas correspondem a períodos de redefinição, aprofundamento e realização de um determinado quadro de organização e de regulação das relações sociais, económicas e políticas. Geralmente, isso é tornado necessário pelo que antes o limitou ou desafiou. No espaço, essas evoluções correspondem a formas muito precisas de articulação com territórios diferenciados, uns centrais, onde o seu poder se generaliza com maior facilidade, outros periféricos ou semiperiféricos, onde tem de se articular com condições marginais ou intermédias. Poder e dominação, dependências e ajustamentos são, pois, parte das dinâmicas do capitalismo. Uma forma de capitalismo é um exercício de estabilização e concretização de procedimentos e relações situados. Representam-se em fases distintas. De facto, o capitalismo tem, em cada fase, uma forma com a qual estabelece o modo como usa os recursos, assegura a criação de riqueza e influencia a sociedade. Isso envolve inclusões e exclusões. Há lugar a adaptações ou reformulações do que antes predominava e, portanto, a uma nova articulação das dimensões produtiva, redistributiva e de poder. Nisso consiste, pois, a capacidade de transformação de que dispõe, assim como a persistência e as continuidades que possibilitam a sua longa duração. No entanto, o que se alcança em cada momento é sempre, mostra-nos a história, uma estabilização provisória. Porventura instável na sua natureza e contendo os seus próprios fatores de crise.

5.1. Movimentos e contramovimentos

Podemos associar as fases, assim como as ordens e desordens que surgem, a movimentos e contramovimentos no capitalismo. Os movimentos visam desenvolver e consolidar o que lhe é próprio, intrínseco, e corresponde à sua natureza enquanto sistema político e socioeconómico. A criação de um sistema de transações, de uma base produtiva industrial e de uma lógica de propagação a novos territórios e setores de atividade, a empresarialização, a concentração territorial de pessoas e a urbanização, a formação de sistemas de emprego amplos e complexos, a relação com o crédito bancário e com os mercados de capitais, a criação tecnológica e a relação com a educação, a formação e o conhecimento – estes são os termos dos movimentos que o capitalismo estabelece. Mercados, mercadorização, direitos de propriedade, assalariamento, aprendizagens e financeirização – eis alguns elementos sobre que se baseiam movimentos gerados pelo capitalismo nas sociedades ao longo de séculos. Nesta mesma tendência, o capitalismo também exercerá

²⁰ Além disto Polanyi (2012 [1944], p. 297), que escreve quando fala da natureza e da organização da produção (capítulos XI, XV e XVI), refere-se também aos contramovimentos que se opõem ao “credo liberal” (capítulo XII).

poderosos mecanismos de cooptação em seu favor do que está fora da sua ação direta: íntegra e sujeita. Fará isso, por exemplo, perante a esfera pública ao introduzir lógicas de mercado e procedimentos transacionais na própria atuação do Estado, “cobrando”, de certo modo, os limites que este lhe impôs anteriormente quando defendeu o interesse geral e impediu que tudo fosse regulado pelo mercado. O mesmo fará perante as economias familiares e a esfera da reprodução social quando substituiu os rendimentos salariais e a sua evolução pelo crédito e pelas relações financeiras como condição de acesso ao consumo ou a certos bens e serviços. Por isso, estes são também elementos importantes dos movimentos do capitalismo.

Mas o capitalismo também encerra contramovimentos que reformulam o significado de tais movimentos, limitando-os, matizando-os ou sujeitando-os a articulações com outras dimensões que não lhe eram, à partida, próprias. Revelam a presença dos contextos que o rodeiam e de outros poderes. São processos que escapam à representação do capitalismo enquanto sistema onde apenas se manifesta o autointeresse, a autossuficiência dos mercados ou a iniciativa individual. O principal dos contramovimentos foi a contenção da lógica de regulação plena pelo mercado ou por outras formas de poder capitalista, por exemplo dentro da empresa, determinada pelos efeitos destrutivos que suscitou, pela falta de sustentabilidade que revelou e pelas crises que desencadeou. O trabalho, a terra e a moeda transformaram-se em mercadorias para servirem a expansão capitalista, mas apenas em mercadoria fictícias, isto é, não integralmente sujeitas às lógicas mercantis. Este recuo foi particularmente empurrado pelos efeitos destrutivos do capitalismo, mas também pela sua necessidade de, afinal, recorrer à sociedade ou de esta e o Estado se lhe imporem. Encontram-se aqui os momentos em que a proteção do trabalho se torna uma exigência, em que a exaustão da natureza se revela crítica ou em que a soberania tem de se exercer sobre a economia monetária. Frequentemente, o capitalismo foi obrigado a recuar, contendo-se nos seus impulsos. Teve de conceder e de se limitar. A sujeição a princípios de repartição e de inclusão que vieram a estar presentes, de forma não discricionária, na relação salarial é outro dos contramovimentos essenciais da história do capitalismo.

Os dados circunstanciais do capitalismo obrigam, portanto, a procurar encontrar não apenas o modo como a matriz económica e tecnológica, a condição produtiva que o caracteriza, tem variado, mas também a reconhecer as suas tendências relacionais – sociais e institucionais – em quadros históricos concretos. Isso obriga a interpretar a sociedade, a política e os compromissos que se vão estabelecendo para lá das relações essenciais, que procuram ser preservadas dentro da diferença.

Forma-se *uma ordem relacional* do capitalismo (Reis, 2014) quando se estabelecem mecanismos de interligação entre esferas da economia e da sociedade, se criam recursos e capacidades (qualificações que alteram a qualidade do trabalho, formas organizacionais baseadas no conhecimento e na inclusão), em vez de apenas os usar ou exaurir, redistribuindo-se em vez de apenas acumular. Quando se estabilizam processos e mecanismos que se reproduzem positivamente no tempo. Ganham, então, significado os “modos de ação não instrumentais” (Hirschman, 1984), deliberações não individualistas que reforçam a identidade e o engrandecimento coletivo. Encontramos na história fases em que esta noção tem pleno acolhimento: são fases de reconstrução e desenvolvimento. Duas muito significativas, que vamos estudar já adiante, foram a que se seguiu à crise dos anos de 1930 e a que gerou o longo desenvolvimento das três décadas posteriores à II GM. Ambas, evidentemente, nos capitalismos centrais.

Forma-se *uma desordem do capitalismo* quando uma esfera do funcionamento económico domina, se sobrepõe às demais e desestrutura relações existentes. Por exemplo, quando a lógica da concentração de rendimentos e da riqueza prevalece sobre a da redistribuição, quando ela se desloca da esfera produtiva, se privilegiam lógicas “extrativas” (isto é, não inclusivas e não reprodutivas) e se instrumentalizam áreas da vida coletiva que dispunham de relativa autonomia submetendo-as a mecanismos meramente predatórios, como pode acontecer, por exemplo, com o uso desregulado do trabalho ou dos recursos naturais. Predominam, nestas circunstâncias, “modos de ação instrumentais” (Hirschman, 1984). Tal como a sociedade que colapsou no início do século XX, a financeirização do capitalismo contemporâneo é uma desordem do capitalismo. A deslocação da riqueza disponível para a constituição de ativos financeiros cuja lógica os desliga da esfera produtiva, que só num segundo momento vão controlar, retira o capitalismo dos compromissos com a ação coletiva e com os que asseguram a produção. O que Schumpeter escreveu em 1943 conta para o debate: “a crescente hostilidade” ao

capitalismo é própria do seu “real sucesso”, mas o “processo” que o desencadeia faz “diminuir a importância da função pela qual a classe capitalista existe” e isso cria “um contexto mental crítico” que destrói “a autoridade moral de muitas outras instituições” (Schumpeter, 1987 [1943], pp. 139-143). Ele referia-se tanto à desvalorização dos objetivos de longo prazo quanto à predominância das “práticas monopolistas” e à criação de um ambiente gestor desligado das relações de produção.

Tudo isto ganhou um significado maior quando a rentabilização dos ativos é essencialmente transacional e não ocorre na esfera organizacional da vida material, embora a submeta. Por isso, eles procuram dominar a partir de uma posição exterior, em vez de se envolverem na organização produtiva. O que conta é o poder, o poder de influência. Thorstein Veblen, sagaz como sempre foi, fala de “vested interests”²¹ para se referir ao poder de quem pode obter “rendimentos não merecidos” através da predação da riqueza coletiva, de negócios ou simplesmente da herança” (Hudson, 2012). É esta a razão “pela qual surge uma discrepância entre os princípios aceitos da lei e dos costumes que subjazem à empresa e a gestão eficiente de uma atividade” (Faudot & Vercueil, 2021). Mas, como Katharina Pistor (2019) explica, há formas de “codificação seletiva” que se encarregam de repor a proteção e a reprodução do capital. E isso corresponde a todos os recursos “terra, negócios, dívida privada e conhecimento, mesmo códigos genéticos naturais”. Já se sabe que a acumulação é uma das características centrais da natureza do capitalismo. A questão consiste em saber quando é que isso se desestrutura, seja pela diminuição seja pelo excesso. As desordens capitalistas correspondem a estes momentos.

A reestruturação na sociedade perante uma crise e a iminência de uma desordem pode corresponder à formação de uma nova ordem relacional. O avanço para a expansão da natureza intrínseca do capitalismo para áreas que eram relativamente autónomas, corroendo a sua capacidade de ação e de reequilíbrio, pode corresponder à formação de uma nova desordem.

6. REGIMES DE ACUMULAÇÃO E DE MODOS DE REGULAÇÃO

Como já vimos, os fundamentos iniciais, precários, ainda não definitórios, do capitalismo estabeleceram-se nas sociedades do antigo regime, há séculos. Até aos finais do século XVIII, quando a revolução industrial começou a consolidar-se em Inglaterra, não podemos falar de muito mais do que de um capitalismo mercantil, que gere a instável oferta agrícola e os preços dos bens alimentares, que vão determinar os salários de uma indústria incipiente, com frequentes crises expressas na estreiteza dos salários, nos próprios preços e, evidentemente, na sobrevivência das pessoas.

Nas escassas partes do mundo em que a indústria começa a ter alguma expressão é esta que, a partir de meados do século XIX, se torna o núcleo determinante, num quadro ainda de instabilidade e de intensa exploração. O processo de acumulação não está consolidado e, por isso, as flutuações são fortes e frequentes, arrastando os salários e os preços e mostrando que a própria concentração do capital é escassa. No entanto, o sistema dispõe já de dinâmicas emergentes e a concorrência vai-se estabelecendo, dando lugar a transformações progressivas. As crises passam a ser momentos de concentração do capital. O próprio trabalho é já um corpo coletivo de assalariados, com capacidade de organização, fazendo emergir lutas e reivindicações suscitadas pela ausência de direitos elementares e pela falta de uma ideia de justiça.

Depois da primeira guerra, no período entre 1919 e 1939, tornou-se claro no mundo da vida industrial que o capitalismo carecia de um quadro institucional radicalmente diferente do século XIX. Começou então a ver-se que algum “alinhamento” teria de haver entre as curvas da produção, do custo de vida e do salário real. A mesma entidade, o “capitalismo”, ia assim tomando formas diferenciadas. O que tende a prevalecer já não é tanto a “separação” de custos, proveitos e condições de vida em que se baseavam as lógicas extrativas e individualistas precedentes, mas antes uma relação, inicialmente apenas económica, entre as “variáveis” que formam uma economia articulada. Ao lado destas, contudo, já estavam outras expressões de natureza política e social: sindicatos, associações, enfim o próprio Estado. Foi repetidamente notado (além de Polanyi, por exemplo, Schumpeter, 1996, p. 176) o que mais recentemente Piketty lembrou: o período entre guerras foi o

²¹ “Uma razão pessoal para o envolvimento numa atividade ou situação, especialmente uma expectativa de ganho financeiro ou outro”, segundo do dicionário *Oxford Languages*.

grande momento histórico em que os direitos e as obrigações associados à propriedade foram intensamente discutidos, sendo-lhe estabelecidas limitações claras e tendo daí resultado o mais intenso período de redução das desigualdades. As ideias, as ideologias, tão estimadas na análise deste autor tornaram-se essenciais e o seu “peso” foi enorme, mas grande também foi o que resultou da criação de instituições que começaram a dar forma à dimensão social do Estado.

Já vimos que houve um acontecimento marcante que, de forma original, nos sugeriu que o capitalismo não podia ser apenas encarado como um movimento linear ascendente em que os mercados e a acumulação se impunham à sociedade. Foi quando, com a crise de 1929, a sociedade de mercado se desmoronou e se percebeu o “malogro de regressar ao passado”. Ao reconhecer-se isso, viu-se também que “a transformação de toda uma civilização”, uma “transformação abrupta”, “teria lugar nos anos 30” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 143-146). Foi este o primeiro momento em que se pôde compreender bem o que viria a significar a formação da “sociedade industrial” ou mesmo da “civilização industrial”, as suas condições e os seus limites. De novo, na descrição exemplar de Polanyi, interessa compreender “a grande transformação que resultou [desse acontecimento]”, sabendo-se que, com a Revolução de 1917, um desafio sistémico ao capitalismo fazia já parte da história do século passado.

A partir de meados do século XX, este tipo de capitalismo ancorado num “chão” de relações materiais densas no campo do emprego e do trabalho, das práticas salariais ou das políticas públicas associadas ao salário indireto (provisão não mercantil de educação, saúde e segurança social), convergindo para sólidas instituições materiais que consagraram estas evoluções (Reis, 2014), teve a sua maior concretização histórica. Os marcos desse processo de redefinição são diversos e assumem diferentes dimensões. Em primeiro lugar, na demonstração de uma impossibilidade – a de o mercado desregulado e sem limites funcionar por si. Sozinho, ele exauria e delapidava os recursos e as capacidades de funcionamento coletivo das sociedades. Gerava conflitos, tanto entre as potências imperialistas e entre as nações como dentro de cada país. Isso levou à recusa clara das formas liberais da concorrência e do uso dos recursos. E desencadeou as alternativas diversas e convulsas. O capitalismo confrontou-se com uma alternativa exterior e sistémica, próprio de outro modo de desenvolvimento, o soviético, e com uma alternativa interna: a que punha em confronto a progressão da democracia em todos os campos e a solução fascista.

6.1. Quatro grandes épocas

Robert Boyer (2015, pp. 52-57) fala de “pelo menos quatro épocas” até chegarmos a um presente próximo que define os dias que vivemos. Traça a evolução dos capitalismo considerando uma regulação “à antiga” até ao fim do século XVIII, “uma *regulação concorrencial* típica do século XIX”, o “tempo longo da mudança” *entre as duas guerras* e, finalmente, a “*regulação monopolista*”, durante os “trinta anos gloriosos” a seguir à segunda guerra. E assim podemos compreender e sintetizar a consolidação do que, contemporaneamente, se designa capitalismo, ficando claro que ele é uma entidade em evolução e transformação. Isso mesmo continua a acontecer sob os nossos olhos e, por isso, há ainda que falar de um capitalismo que se “globalizou” e financeirizou.

No século XX, o ponto essencial é a passagem de uma fase acumulação extensiva sob regulação concorrencial para uma outra em que a acumulação se torna intensiva através da articulação entre produção em massa e consumo em massa. A primeira corresponde já à grande manufatura, mas é ainda uma relação salarial concorrencial que prevalece. A partilha do valor criado é regulada pela existência de um exército industrial de reserva e as camadas populares têm escasso poder de compra. Como vimos, já não estava em causa autonomizar o económico da sociedade, nem estabelecer a instituição basilar que é o mercado, nem difundir a produção mecânica. Isso foi feito pelo industrialismo inicial e pelo liberalismo do século XIX. E colapsou no primeiro quartel do século XX. A acumulação intensiva sem consumo em massa surgiu com o taylorismo, as cadeias de montagem e o trabalho padronizado. A relação salarial, apesar de permanecer concorrencial, já contava com o crescimento dos salários. A partilha da riqueza favorecia os lucros, mas criava-se uma procura crescente por parte dos assalariados. A acumulação intensiva com consumo em massa ocorre quando a produção assegura rendimentos de escala crescentes, se partilham os ganhos de produtividade na relação salarial, se estabiliza

ex ante a partilha do valor criado e a procura por parte dos assalariados assume um papel motor no conjunto da economia.

Tratava-se, nesta última fase, de uma *reincrustação* da lógica de produção industrial em relações sociais e políticas que lhes dessem uma espessura que a economia, as transações e muito menos o mercado, por si sós, não garantiriam. Era desse modo que se podia realizar a ambição de generalizar tal lógica e de a tornar dominante, superando limitações e bloqueamentos que ainda enfraqueciam o capitalismo.

6.2. Um momento crucial: o *New Deal*

John K. Galbraith (1972 [1954], pp. 259-260, 261) identificou magistralmente o que ocorreu no capitalismo americano no final dos anos de 1920: “a força de trabalho não estava cansada; podia ter continuado a produzir indefinidamente ao melhor ritmo”; “os equipamentos não estavam esgotados [...], tinham sido renovados e aperfeiçoados”, “as matérias-primas eram abundantes”, “os empresários não sentiam dificuldades”, “não é verdade que a alta produção dos anos 20 tenha excedido as necessidades da população”, “os lucros aumentaram”. Mas acontecia que, naquelas circunstâncias, “o principal meio de gasto dos lucros seria um largo e crescente investimento em bens de capital”; “tudo quanto interrompesse as despesas de investimento [...] poderia causar perturbações”, pois “não poderia esperar-se automaticamente um aumento compensatório nas despesas de consumo” (Galbraith, 1972 [1954], pp. 263). De facto, o primeiro dos cinco pontos fracos da economia americana da época era “a má distribuição do rendimento”: “os ricos eram, indubitavelmente, ricos” e “a grande desigualdade na distribuição dos rendimentos significava que a economia se encontrava dependente de um nível de investimentos ou de um alto nível de despesas de consumo luxuosas, ou de ambas” (Galbraith, 1972 [1954], pp. 265-266). Quer dizer, as instituições materiais eram frágeis e não serviam de condição para robustecer uma economia que assim se exauria. Mesmo um espírito como o de John Maynard Keynes, que tinha como certo que “uma das características marcantes do sistema económico em que vivemos é não ser violentamente instável” e que “o nosso destino é uma situação intermédia, não propriamente desesperada, mas também não satisfatória” (Keynes, 2010 [1936], p. 245), sabia que o capitalismo revelava três “defeitos flagrantes”: “incapacidade para proporcionar pleno emprego”; “arbitrária e não equitativa repartição da riqueza e dos rendimentos”; desigualdades “tão grandes como as existentes na atualidade” (Keynes, 2010 [1936], pp. 355-356). Por isso declarava: “eu defendo [a ampliação das funções do governo implicadas pela tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo a investir] como o único meio exequível para evitar a destruição total das instituições económicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício de iniciativa individual”, tudo isto juntamente com uma “socialização abrangente do investimento” (Keynes, 2010 [1936], pp. 360, 362).

Num quadro tumultuoso, “os regimes emergentes do fascismo, do socialismo e do *New Deal* assemelhavam-se pelo facto de porem de parte os princípios do *laissez faire*” (Polanyi, 2012 [1944], pp. 452-453). O *New Deal* rooseveltiano – isto é o conjunto de medidas desencadeadas, entre 1933 e 1939, pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) – representa, em primeiro lugar, um confronto com a devastação da crise de 1929 e com a insuficiência das medidas que ensaiaram a recuperação. Por isso, começou-se por aliviar a sociedade americana dos males causados, através de ações de emergência relacionadas com a criação de emprego, assinalando-se assim a recusa de um caminho que se tinha desfeito a si mesmo. Em segundo lugar, e isso foi essencial, estávamos perante um programa de reorganização, mais do que de simples recuperação. As áreas da vida coletiva e da vida material em que isso se realizou foram imensas: trabalho infantil, negociação laboral, práticas comerciais, sistema bancário, mercados dos valores mobiliários, provisão de energia e, evidentemente, organização dos setores da agricultura e da indústria. A rutura com o padrão-ouro e um novo quadro das relações económicas internacionais são igualmente relevantes.

A natureza e a amplitude do que estava em causa revelam-se na estrutura e evolução do programa e justificam até que se fale do segundo *New Deal*, a partir de 1935, quando o foco principal se dirige para a estabilização e reconstrução dos setores produtivos da economia. Estabelece-se autoridade federal sobre as relações industriais, as relações laborais ou a segurança social.

Para lá do que significou como programa económico e social e dos efeitos materiais que as suas medidas desencadearam, o New Deal (ou os New Deals) fora também uma original reformulação do Estado e das relações da administração e do governo com a economia e a sociedade. Não se tratou apenas de regular ou de regulamentar, tratou-se de estabelecer uma espessura do Estado que o dotasse de capacidades para agir perante os problemas e para construir soluções. Prova disso a criação de agências como a Works Progress Administration, a National Recovery Administration, a Works Progress Administration, a Agricultural Adjustment Administration, o National Labor Relations Board ou a Tennessee Valley Authority.

Com é convencionalmente aceite e se tornou consensual, “o New Deal envolvia um conceito geral de uma economia com regulação pública que procurava um equilíbrio entre interesses económicos conflituais.”²² No primeiro terço do século XX, o período entre as duas guerras é, pois, um momento de múltiplas transições, umas internas, outras exteriores ao capitalismo. A singularidade do que se passou então nos EUA há de ser seguida por outras experiências, depois da II GM, e sempre com a característica principal de ocorrerem nos capitalismo mais avançados.

O que estava em causa era a generalização de uma ordem com fundamentos mais profundos e em quadros crescentemente diferenciados. Para que a recuperação e a reorganização determinassem a agenda, para sobreviver, o capitalismo carecia de um conjunto acumulado de condições, nunca antes reunidas, que lhe permitissem alargar-se a muitas (mas não a todas) instâncias da vida coletiva em quadros nacionais cada vez mais organizados e determinados pela lógica industrial. Desenvolver a base produtiva e encontrar os “motores” do crescimento intensivo da produção, tornar massivo o mercado do trabalho e o salariedade, enquadrar as relações que definem os rendimentos salariais, desmercadorizando, encontrar os mecanismos pelos quais a evolução da procura acompanhasse a da produção – eis o que estava em causa e era possível realizar em países concretos. E, sobretudo, era essencial tratar de um campo nunca antes cultivado, apenas usado como lugar de passagens: a dimensão pública da economia, assegurada por um Estado, agora social, também ele organizado para intervir e assegurar a vida material e relacional das pessoas. É por tudo isto que a evolução da produtividade depende da evolução das relações sociais e que a procura se forma em articulação com a oferta. A base produtiva e a institucionalização de uma relação salarial distinta da concorrencial agiam em conjunto. O reconhecimento do trabalho era, ao mesmo tempo, uma condição para a facilitação da evolução do capital.

6.3. O fordismo

Quando o capitalismo se mostrou como sistema com capacidade para assegurar grandes ganhos de produtividade e, portanto, de acumulação de riqueza, as convenções salariais que visavam estabelecer um princípio de participação operária nesses ganhos tornaram-se uma questão central. Muitas vezes por racionalidade e espírito “inovador” de empresários individuais, como sugere o mito criado à volta de Henry Ford,²³ que antecipou, logo no início do século XX, muito do que depois seria desenvolvido e generalizado nas sociedades mais avançadas.

O “arquétipo” do capitalismo relacional, que combina as suas relações fundamentais (propriedade, assalariamento e acumulação) com práticas redistributivas, é o “fordismo”. Ele foi, podemos dizê-lo hoje, uma “excecionalidade” – correspondeu ao “primado dos compromissos” (Boyer, 2015, p. 241). Representa um tipo de capitalismo, um período. Conhecem-se também os termos da crise e do esgotamento dos seus elementos definitórios. Esta noção permite-nos compreender a “rapidez e estabilidade do crescimento”, as

²² Encyclopedia Britannica (n.d.). New Deal. In *Encyclopedia Britannica*. Consultado em 28 julho de 2021: <https://www.britannica.com/event/New-Deal>

²³ Henry Ford (1863-1947) criou em 1903 a Ford Motor Company. Entre 1908 e 1927 produziu mais de 15 milhões de unidades do Ford T. Através de linhas de montagem altamente produtivas (um carro a cada 98 minutos), disponibilizava carros a 850 dólares, no início, e a 290, no fim. Assim produzidos e assim colocados no mercado, já não se destinavam à burguesia que poucos mais carros poderia comprar. Deveriam ser comparados pelos próprios operários. Desde que, evidentemente, auferissem salários que lhes permitissem fazer isso. À capacidade de produção em massa juntar-se-ia o consumo em massa. Em 1914, Henry Ford estabeleceu uma rotura fundamental e uma “convenção salarial” absolutamente disruptiva: passou a pagar 5 dólares à hora. Escusado será dizer que o que se estava a passar na Ford contaminava o resto da indústria automóvel e que este setor se tornou “motor” dos avanços em toda a economia.

cumulatividades asseguradas e a originalidade das relações em presença. Corresponde ao tempo e ao lugar da relevância dos espaços nacionais enquanto contextos de regulação. E corresponde também a uma relação hierárquica entre duas esferas económicas – a real, ou produtiva, e a financeira, com subordinação da segunda à primeira. Compreender a análise do fordismo como a de um tipo ideal de regulação e acumulação e não como uma representação do capitalismo é, portanto, um exercício útil, convergente com o que se vai fazer na secção seguinte.

Exatamente porque se trata de um modelo ideal, destinado a tornar inteligíveis relações fundamentais, este conceito (que corresponde a uma inovação intelectual perspicaz e muito útil) deve ser usado com cuidado, devendo resistir-se à tentação de ver nele a representação de qualquer realidade histórica concreta. A ingenuidade da sua replicação acrítica não deve confundir-se com a valia da análise que ele representa. As sociedades, mesmo as mais desenvolvidas, são demasiado complexas para serem representadas por um tipo-ideal. Mas as suas linhas essenciais de estruturação devem ser identificadas e compreendidas. Interessa observar os fenómenos singulares, porventura setoriais, e distinguir a exceção da norma.

A chamada *escola francesa da regulação* (Aglietta, 1976; Boyer & Mistral, 1978; Boyer & Saillard, 1995; Boyer, 2002, 2015) corresponde a uma bem-sucedida tentativa de compreender os processos e os mecanismos que asseguram a viabilidade e de enfatizar a variabilidade do capitalismo. Alcançou-se na teoria e na análise económica um patamar capaz de acolher em termos conceptuais o que a realidade substantiva dos capitalisms desenvolvidos estava a tornar visível e empiricamente incontornável. Para isso, desenvolveram-se dois exercícios fundamentais: identificar, no curto e médio prazo, os encadeamentos conjunturais das principais variáveis macroeconómicas (regulação) e, no longo prazo, os alinhamentos que possibilitam um modo de crescimento (acumulação).²⁴ Um pressuposto fundamental é que há relações e instituições a criar para que certas compatibilizações ocorram e sejam estáveis, sendo determinante o papel da política. Mas acontece que a coerência e a viabilidade só estão garantidas durante algum tempo, as configurações obtidas esgotam-se e é preciso renová-las. Por isso, a teoria da regulação é tanto uma abordagem da estabilização quanto das crises que lhe sucedem.

7. DUAS SUCESSÕES FUNDAMENTAIS: O “CAPITALISMO DEMOCRÁTICO” E O CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Contemporaneamente, os exercícios mais desafiadores são os que consistem em interpretar duas sucessões fundamentais: o que Wolfgang Streeck chama “capitalismo democrático”, que caracterizou as sociedades desenvolvidas do ocidente nos trinta anos posteriores à II GM, e o que hoje se designa financeirização do capitalismo. O primeiro constituiu, como já defendi, uma importante “ordem relacional” e assentou no desenvolvimento da capacidade produtiva, especialmente a industrial, no aprofundamento do *nexo salário-procura*, na centralidade das políticas redistributivas, na presença do Estado na democratização das relações económicas e no papel essencial da ação coletiva geradora de poderes compensadores. Por isso mesmo, Michel Aglietta (2019) designa-o “capitalismo contratual”, em vista das “instituições de mediação” através das quais a negociação, a autonomia das políticas nacionais e a regulação estrita da finança tinham lugar.

O segundo tem por base o poder financeiro e as transações que ele desencadeia no quadro dos mercados de capitais ou dos bancos, estabeleceu o *nexo crédito-procura* e obriga-nos a pensar nas várias desordens que o capitalismo contemporâneo é capaz de criar. Tudo isto sempre com a noção de que o capitalismo, mais do que um estado de organização económica, social e política, é afinal algo em transformação permanente. Estes dois tipos de capitalismo, cuja natureza enfatizarei, inscrevem-se numa evolução geral dos modos de regulação cuja lógica relembrei na secção anterior.²⁵ A transição entre estes dois modelos indica-nos que se passou para

²⁴ Os regimes de acumulação e os modos de regulação que o capitalismo foi formando resultam de combinatórias complexas dos sistemas de produção, monetários, financeiros e bancários, fiscais, redistributivos, de concorrência, de proteção social, de formação e educação, tecnológicos e de inovação, legais e jurídicos e, enfim, territoriais e internacionais. Estes são alguns dos elementos que dão substância ao termo genérico capitalismo.

²⁵ Este texto corresponde à opção de privilegiar o tempo enquanto variável fundamental para compreender a evolução, a transformação do capitalismo e a sua variabilidade. A noção de “variedades de capitalismo”, reavivada por Hall e Soskice (2001) e motivo de múltiplos desenvolvimentos (Jessop, 2015; Peck & [Theodore](#), 2007), valoriza também a variável espaço,

modos de regulação (ou desregulação) em que a concorrência internacional se aprofundou, em que a terciarização se tornou o “centro de gravidade” da economia, e em que o poder económico (e político) passou dos grandes grupos industriais para os detentores de ativos financeiros.

7.1. As formas de economia mista nos capitalismos desenvolvidos da segunda metade do século XX: um “capitalismo democrático” e estável?

A evolução dos salários diretos, repartindo os ganhos de produtividade de uma industrialização em pleno desenvolvimento, foi o mecanismo pelo qual se articulou o modelo produtivo e o modelo de consumo nos países avançados. Tratou do salariato como mais do que uma mera forma de recrutamento da força de trabalho. A *relação salarial* passou a constituir também um mecanismo de inclusão social. E chegaria o momento em que à negociação do salário direto se juntaria a do salário indireto. Numa fase inicial de configuração de um capitalismo atento aos processos de inclusão, isso ainda residiu na própria esfera empresarial e na vontade do capitalista: a habitação nos bairros operários junto às fábricas, as creches, as dádivas sob a forma de dons, a criação de processos simbólicos de pertença comum. Mas o paternalismo e a discricionariedade não são sustentáveis nem generalizáveis. É aí que intervêm o Estado e a ação pública, sob formas diversas.

A introdução dos princípios coletivos de negociação e de organização das relações laborais, a representação igualmente coletiva e a introdução de normas não apenas salariais e pecuniárias, superaram a condição individual e frágil do trabalhador e constituíram, porventura, o primeiro passo de limitação da natureza rude do capitalismo. A história do sindicalismo e da organização coletiva operária assim o demonstra.

Este é, pois, um momento decisivo da formação dos capitalismos que, a seguir à II GM e até aos anos 70, configuraram formas avançadas de integração através do trabalho e dos mecanismos inclusivos que este gera. Mecanismos diretos (emprego e salários) e indiretos (salários indiretos, através de políticas públicas particularmente ativas). Tratava-se, afinal, de uma forma de estruturação positiva das sociedades, em contextos nacionais conflituais e dinâmicos.²⁶ Temos, portanto, um quadro consolidado de relações entre o capital e o trabalho, e isso foi institucionalizado mesmo em países com tradições diferentes e significativas. A expansão do Estado-providência, os direitos sindicais de negociação, os objetivos do pleno emprego. Tudo isto correspondia ao uso da “caixa de ferramentas keynesiana” (Streck, 2011a). Há, pois, todas as razões para dar autonomia à análise deste fenómeno. Mesmo sabendo-se que as periferias e as semiperiferias continuavam a ser muito mais largas do que este centro.

A expressão *economia mista* visa exatamente representar esta forma muito particular, em que um capitalismo de base produtiva e industrial alarga consideravelmente o sistema de emprego, alcança ganhos de produtividade, redistribui-os através dos salários e conjuga-se com um Estado que desenvolve ativamente políticas públicas de educação, formação e ciência, de saúde, de segurança social, de infraestruturação e de administração. Uma soma de poder empresarial e gestão tecnocrática com controlo democrático e iniciativa e provisão públicas. Dinâmicas públicas e privadas, numa relação necessariamente tensa com uma sociedade em que as formas de ação coletiva estavam também em afirmação e desenvolvimento. É, pois, um momento de plena reincrustação da economia na sociedade, na política e na vida cultural.

Este é o *momento gramsciano* de hegemonia do capitalismo. Aquele em que o consentimento ativo da autoridade por parte de larga parte da população, incluindo as classes trabalhadoras organizadas, se torna relevante, mesmo nunca se esquecendo onde reside o poder e quem, em última instância, o detém. A hegemonia por parte de uma elite que nunca tinha sido tão sofisticada e complexa estabeleceu-se em múltiplos planos da sociedade, além da economia – numa indústria cultural, no consumismo, nas ideias e, por isso, nas ideologias. Como salienta Max Krahé (2022, p. 197), no longuíssimo debate sobre as relações entre capitalismo e democracia, que vem desde o início do século XIX e em que se salientam as narrativas da “incompatibilidade” e do “antagonismo”, abre-se, pela primeira vez, um espaço sólido para a narrativa da “parceria”. Aceita-se que “o capitalismo e a democracia podem caminhar juntos” e que no “centro do novo paradigma estava uma ideia

com que se representa a coexistência de capitalismos diversos nos mesmos momentos históricos. Esta dimensão é, evidentemente fundamental.

²⁶ Ao estudar os bancos centrais deste período Éric Monnet (2021) fala, de forma muito significativa, de uma “banca providência”. Ele refere-se à institucionalização do crédito tendo em vista objetivos económicos e sociais, aos aspetos estabilizadores das políticas monetárias e, sobretudo, à inserção destes bancos no sistema de planeamento. Estavam, portanto, dentro do sistema económico.

de modernidade como uma totalidade integrada e, evidentemente, própria de uma época”, mais do que “congénita e permanente”.

Wolfgang Streeck assume o termo “capitalismo democrático”, sabendo que “historicamente é um fenómeno recente” (Streeck, 2013b, p. 2). Podemos pressupor que tal corresponde a uma ordem económica, social e política em que teve lugar “um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, dependentes do lucro e dependentes do salário, estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, [através] de uma constituição económica formal e informal” (Streeck, 2013a, p. 55). Não se discute agora se esta foi a “fórmula da paz” ou apenas o mecanismo “estável” que assegurou “a lealdade das massas de trabalhadores e consumidores em relação ao capitalismo dos pós-guerra”. Nem se isso resultou da consolidação de um “sistema de gestão tecnocrática da economia”, de um “sistema económico regulado pela política” e pelas “grandes burocracias estatais” (Streeck, 2013a, pp. 41-42, 47), em que o planeamento estatal intervém ao lado ou até em vez do mercado, garantindo o crescimento e o pleno emprego. Assume-se, pois, que se tratou da institucionalização de mecanismos sociais e políticos muito precisos, entre os quais as ideias, as culturas e o consumo. Avultam aí o papel do Estado na configuração da economia e no seu enquadramento e viabilização e o lugar decisivo do sistema de emprego na dupla relação uso da força de trabalho / redistribuição de riqueza através do salário direto e do indireto. Dessa forma se terá constituído o que parecia mais difícil de alcançar pelos capitalismo iniciais: um quadro institucional de governação e coordenação económica para lá do papel do mercado e assente em processos alargados de inclusão social, através dos “dividendos do progresso”.

O quadro macroeconómico que envolve este modelo de capitalismo assenta num “crescimento contínuo e estável, em moedas saudáveis, num mínimo de equidade social e na distribuição de alguns dos resultados obtidos com aqueles que, sem disporem de capital, eram pré-requisitos para que uma economia política capitalista dispusesse da legitimidade de que necessitava (Streeck, 2014, p. 37). Uma espécie de “endometabolismo” que funciona. Compreendeu-se então, como em nenhum outro momento, que as desigualdades contrariam e fazem diminuir o crescimento, a produtividade e a procura. O Estado, ao intervir nos próprios mercados e ao corrigi-los em nome do interesse dos cidadãos e ao constituir-se em agente de provisão em domínios essenciais, tornava-se um elemento central deste quadro. Compreendeu-se também, como em nenhum outro momento, que a estabilização e o crescimento da economia podem depender dos recursos, do capital, das tecnologias, do trabalho e das suas qualificações – mas dependem muito, talvez essencialmente, do contexto social e político que se cria, das relações que se estabelecem, dos objetivos que se fixam. Aqui, isso revelou-se positivamente. Mais tarde, essa compreensão ficaria também disponível, mas então seriam os fatores negativos que revelariam a fotografia. Lá chegaremos.

Eis, pois, um momento de “reconciliação” do capitalismo e da democracia, quando a norma tinha sido a conflitualidade. Enfim, uma forma previsível, quase planeada, com capacidade sustentável de reprodução a que se pode associar a ideia de uma “ordem social legitimada”. Streeck não hesita em dizer: “o socialismo e o sindicalismo, ao colocarem um travão na mercadorização, salvaram o capitalismo da destruição das suas fundações não capitalistas – confiança, altruísmo e solidariedade no quadro familiar e comunitário”. O “medo da abolição da propriedade privada por maiorias democráticas” e a expectativa dos trabalhadores de que os capitalistas promovessem o “retorno ao autoritarismo” foram substituídos pelo “alinhamento do capitalismo e da democracia um com o outro” com aceitações mútuas por parte das duas classes. Hoje as dúvidas regressam. (Streeck, 2014, pp. 40, 50).

Este argumento do medo ou, se se preferir, da presença clara, tanto nos quadros internos como nos internacionais, de alternativas com poderes capazes de desafiar o capitalismo rude, é incontornável e tem sido bem evidenciada por vários autores, na sequência de uma sugestão bem fundada de Hobsbawm (Rodrigues, 2018c, 2022). Havia, pois, espaço e poder para negociar e progredir: “essencialmente, esta fórmula implicava que as classes trabalhadoras organizadas aceitassem os mercados capitalistas e os direitos de propriedade em troca de democracia política, o que lhes permitiria alcançar segurança social e um padrão de vida regularmente crescente” (Streeck, 2016).

7.2. Esgotamento, crise e convulsões: a emergência da financeirização

A datação das formas contemporâneas de capitalismo, das suas evoluções e transformações não está devidamente estabilizada e compreende-se que assim seja, tendo em conta a variabilidade em que tenho insistido. A ideia de que há uma fase relevante que compreende o período entre a segunda guerra e o início dos

anos 70 e a crise de petróleo está, no entanto, convencionalmente assente. Os termos dinâmicos e estruturais desse momento são os que se discutiram antes a propósito do fordismo e do “capitalismo democrático”. Os do seu esgotamento e da sua crise procedem daí mesmo. O fenómeno mais substantivo foi o do abrandamento dos ganhos de produtividade em que tal modelo assentou. Quando isso aconteceu, a lógica de redistribuição, quer a favor do trabalho, quer a favor do financiamento do Estado para assegurar a provisão pública, ficou sujeita a constrições que até aí não se conheciam. A isso se juntaram aumentos de custos, como os que resultaram da espetacular evolução dos preços da energia, das limitações ambientais emergentes ou de uma mão-de-obra muito mais qualificada, num quadro de conflitualidade crescente.

Na síntese de Streeck (2016), “o capitalismo democrático do pós-guerra conheceu a sua primeira crise na década de 1970, quando a inflação começou a crescer rapidamente no mundo ocidental, à medida que o crescimento económico em diminuição dificultava a manutenção da fórmula político-económica de paz entre capital e trabalho que permitiu terminar os conflitos internos depois da devastação da segunda guerra mundial”.

A crescente terciarização das sociedades, com a emergência da economia de serviços, as alterações na procura que se sucederam ao acesso aos bens de consumo duradouros, a acumulação de capital cultural, educativo e de informação, a diferenciação das formas de utilização do tempo ou a promoção do lazer, tudo isto haveria de se articular com a pressão para a privatização e a liberalização em domínios tão importantes como os que se relacionam com o crédito, os sistemas bancários e os movimentos financeiros. A década de 70 não foi ainda a da emergência de uma mutação verdadeiramente estrutural do capitalismo. Esta haveria de ocorrer no final século, especialmente na década de 90, e consiste no peso crescente que a acumulação em ativos financeiros iria alcançar e no poder que eles irão exercer através de novos atores e novos sujeitos do capitalismo, em mercados financeiros privatizados, liberalizados e dotados de racionalidade própria e nova.

As empresas, procurando aliviar os custos do capital que as novas condições produtivas tornavam pesados, procuraram financiar-se através da transferência dos riscos de crédito, possibilitada por uma gestão financeira agressiva. Os Estados viram-se obrigados, por um poder ideológico transformado em norma, a substituir o financiamento através dos seus bancos centrais pelo financiamento no mercado. As famílias viram as suas dívidas aumentarem sistematicamente em relação ao rendimento de que dispõem. “O movimento da economia global fica inteiramente sujeito ao ciclo financeiro que descreve a dinâmica interativa da alavanca do endividamento e da alternância de apreciação e depreciação dos ativos [financeiros]” (Aglietta, 2019, p. 38).

Estamos perante uma poderosa e radical inovação: a autonomização do poder dos mercados financeiros que agem à escala internacional, com intensas transações que penetram todas as esferas de ação (empresarial, dos Estados, das famílias, isto é, as esferas produtiva, pública e a reprodução social). A financeirização deu lugar a uma forma de relacionamento original entre os capitais e os meios de financiamento, por um lado, e os sistemas de produção e provisão, por outro. As relações de domínio e submissão dos primeiros relativamente aos segundos tornaram-se mais fortes do que as de desenvolvimento e inclusão (Reis, 2018, p. 26). Adoto aqui as noções de financeirização já consagradas, especialmente a que, na sequência das propostas de Gerald A. Epstein (Epstein, 2005), a entende “como o incremento do poder económico, social e político dos atores, motivos e mercados financeiros” (Rodrigues, Santos e Teles, 2016). A isso acresce um enorme aumento dos ativos financeiros existentes num dado momento em relação com o PIB.

Como premonitoriamente tinha sido apontado por François Chesnais (1994), a estrutura patrimonial da economia altera-se radicalmente, e isso é acompanhado por uma recuperação da iniciativa por parte do poder financeiro. Falemos de “finanças concebidas como indústria”, de “hipertrofia da esfera financeira”, de “desregulamentação e desintermediação” ou mesmo de “engenharia financeira”, o que estava em processo no fim do século passado era uma “destruição das relações que garantiam a estabilidade do crescimento”, o que justificava a hipótese de encadeamentos cumulativos. A partir daí, ficámos perante um “efeito depressivo profundo”, quer dizer, a crise de um “modo de desenvolvimento” revelava as suas dimensões fundamentais.

É bom lembrar que a soberania sobre a política monetária, a criação e circulação de moeda tanto à escala nacional quanto à internacional, era um dado essencial do capitalismo industrial cujas dinâmicas de funcionamento e de acumulação residiam na dimensão produtiva, e não na de circulação de ativos financeiros e mesmo na especulação. As bases essenciais dos capitalismo anteriores à financeirização eram, com efeito, a

indústria e a regulação nacional. É essa centralidade que desaparece, a favor de mercados financeiros liberalizados e internacionalizados. A mercadorização tendencial de todas as esferas da vida, as alterações desequilibradoras introduzidas na política fiscal, a remissão da redução das desigualdades para fora das relações laborais e sua ligação a práticas assistencialistas ou individualistas, a proteção plena de qualquer forma de propriedade, incluindo a que se relaciona com bens públicos, como o conhecimento (patentes), e a sua agilização no quadro de transações sem limites, tudo isto se pode juntar à compreensão de transformações cujo núcleo principal residiu nas alterações da lógica de acumulação que acima se apontaram e fizeram dos finais do século XX um tempo muito distinto do seu início, por razões que vão para lá do óbvio.

A questão mais problemática que resulta de tudo isto é o desligamento das relações próximas entre capitalismo e democracia em contextos materiais, sociais e políticos precisos, isto é, no quadro de sociedades concretas. Como sintetiza João Rodrigues (2018c, p. 194), “a pulsão mercadorizadora capitalista, agora irrestrita, estaria a destruir as bases não mercantis de que o próprio capitalismo historicamente dependeu para assegurar uma certa estabilidade socioeconómica e política”.

Na verdade, Estado e famílias, sistemas bancários e empresas de diferentes dimensões têm, para estruturar a suas atividades, de lidar com um poder novo, que as transcende e que age num plano supranacional, usando mercados onde o domínio que pode exercer é grande: os fundos financeiros, as transações que visam, através dos juros, captar a riqueza produzida, em suma, os chamados “mercados financeiros”, são esse poder. Este é o grau máximo de “desincrustação” de uma dimensão fundamental das economias contemporâneas. Estabeleceu-se uma nova desordem. Realizou-se um movimento deslaçado de contramovimentos que o equilibrassem.

Uma tendência deste tipo é difícil de delimitar e há sempre acelerações à vista. Uma delas, que hiperboliza muito do que acabou de se referir, é o que, à falta de melhor termo, se pode designar “economia da plataforma”. Ela tem evidentes relações com o domínio da financeirização, mas estabelece um campo de atuação muito próprio: trata-se da “economia de redes dominada pelos grandes atores da economia digital, as GAFAM e seus análogos, especialistas do tratamento de massa de dados reunidos em tempo real (como a Google), organizadores de redes sociais (como o Facebook), mastodontes do comércio eletrónico (como a Amazon), fornecedores de programas informáticos que facilitam as interfaces com numerosas aplicações (como a Microsoft), inventores de equipamentos e de aplicações (como a Apple).” Esta “nova economia” tem um poder de tal ordem, uma tal capacidade de influência sobre a política fiscal ou as regulamentações e uma tão elevada capacidade para mobilizar rendimentos de escala que, só por si, transforma as relações Estado/economia, consolida o domínio das multinacionais americanas e estabelece uma tensão crescente com os setores produtivos até aí importantes (Boyer, 2020).

Deve, pois, regressar-se à discussão proposta por Max Krahé (2022, pp. 194-195). Porventura para discutir quão contingentes foram as relações do capitalismo com a democracia na sua fase de “parceria”, quão circunstanciais foram as interpretações sobre os processos de redução das desigualdades ou quão formais e limitados foram os conceitos de democracia trazidos para o debate. Ou ainda, e talvez preferencialmente, para compreendermos os processos económicos e políticos que deslocam o poder de deliberação, a configuração do sistema político, para esferas totalmente alheias aos espaços público e democrático e, portanto, à participação popular ou mesmo apenas ao cabal exercício da autoridade que delegamos nos que elegemos. Uma discussão que, aliás, pode envolver outras dimensões, incluindo as que dão valor ao quadro globalista, como Robert Kuttner (2018) sugere. Tudo, afinal, questões que têm estado sempre presentes em cerradas lutas intelectuais e políticas desde meados do século passado, e que João Rodrigues (2022, pp. 21, 45, 53) demonstrou com grande rigor a propósito do projeto político de captura do Estado por parte do neoliberalismo, isto é, dos que sempre souberam que “um mercado livre exige um Estado forte” capaz de assegurar uma precisa “definição e consolidação dos direitos associados à propriedade”. Quer dizer, a presença de uma “prática construtivista” ambiciosa, que formou “uma das mais poderosas e multifacetadas formas de economia política” e que “colonizou praticamente todo o espectro intelectual e político, deixando um poderoso lastro em instituições nacionais e supranacionais”, obriga-nos a pensar uma complexidade que os dias de hoje revelam com particular clareza. E que não é a complexidade de que falava Polanyi no seu tempo e que relembrei páginas atrás.

É aqui que readquire significado a tensão permanente entre as ênfases que se podem fazer para captar a natureza essencial do capitalismo. O que prevalece realmente? A ideia de que o capitalismo supõe uma ordem relacional que tem por base a vida material associada à produção e ao emprego e uma arquitetura institucional densa e variada? Ou a convicção de que, afinal, o capitalismo é essencialmente circulação de dinheiro (as transações que cada período histórico possibilita) com vista a obter mais dinheiro?

Uma coisa parece certa: o capitalismo tem sempre renovado as suas formas concretas, tem recorrido sistematicamente a novos contextos e mecanismos que lhe asseguram a superação das suas limitações (as sociedades que lhe servem de contexto próximo, o Estado ou então um mundo supostamente tornado plano para servir a circulação global dos seus ativos).²⁷ Mas tem também sido confrontado em diversos momentos históricos com a ansiedade do exercício da sua natureza congénita (transacional e expropriadora) regressando a uma insularidade que, pelo que já vimos, anuncia problemas, quiçá tragédias. O que resta saber é o que resulta, para uma reflexão sobre o futuro e para a possibilidade de as sociedades se tornarem sustentáveis, deste conjunto considerações onde as tensões são sempre centrais.

8. UMA RESPOSTA À PERGUNTA PRINCIPAL E UMA DEFINIÇÃO: O CAPITALISMO COMO MATÉRIA DE ESTUDO

Neste momento, a resposta à questão inicial torna-se mais fácil. O capitalismo tem sido longo e duradouro porque não se limitou a núcleo essencial das suas características definitórias, que o limitariam à apropriação privada, ao uso e exploração dos recursos e à acumulação sem limite, nem ficou pelo exercício das transações e da troca (pelo mercado), cujas capacidades de autorregulação não estavam asseguradas e gerariam instabilidades; o capitalismo dependeu, por isso, de duas lógicas adicionais, a da viabilização do mercado por conjuntos sucessivos de *disposições institucionais* que o enquadram e a do estabelecimento de *mecanismos de inclusão*, assegurados através de *princípios redistributivos*, onde se incluem os de natureza indireta, isto é, os que se realizam pela ação e pelas políticas públicas. O capitalismo dependeu, em suma, de nunca estar sozinho, de dispor de estruturas e processos de apoio e suporte.

O que explica a duração e a longevidade consiste, pois, na busca de lógicas de *reequilíbrio* que contrariem o princípio *desequilibrador* que a propriedade, a exploração e a acumulação estabelecem e que o capitalismo jamais evita. Sendo estas últimas (e não, por exemplo, as da redistribuição) as questões centrais do capitalismo, o que está sempre em causa é saber como se geraram os mecanismos que asseguraram condições de estabilidade e como se passou das lógicas individuais e privadas assentes no autointeresse para a emergência de uma ordem relacional diferenciada, quer comparativamente ao passado quer ao futuro. E isso variou ao longo do tempo e através do espaço, definindo épocas e lugares.

O capitalismo tem sido duradouro porque, em momentos decisivos, se mune e rodeia de condições que, não sendo inerentes à sua condição intrínseca, lhe asseguram *viabilidade* e estabelecem os *contramovimentos* de que necessita para não perder a base material e relacional em que assenta. Foi assegurando conjuntos sucessivos e diversos de construções institucionais que o protegem e viabilizam ou que o limitam. São, portanto, estas circunstâncias que complementam a sua natureza própria, o legitimam e lhe trazem forças adicionais. Quer dizer, não é numa mecânica própria, intrínseca, que está a razão da sua persistência, essa tê-lo-ia provavelmente destruído – é antes nas condições que o enquadram e lhe renovam capacidades. Isso tem como consequência mudança permanente e transformação. A conflitualidade e o argumento de que ao capitalismo corresponde uma lógica predadora têm estado sempre em cima da mesa, ao longo dos tempos. Razões não faltam. É isso que o leva a precisar do que o enquadre.

A insistência na complexidade, na dimensão histórica, na variabilidade no tempo e no espaço, nos movimentos e nos contramovimentos, nas lógicas de poder e nas restrições, tudo isto, não pode deixar de ser visto à luz da ideia de que há questões essenciais do capitalismo. E essas são permanentes. O que é essencial e o que é contingente no capitalismo? O essencial é a propriedade, a relação social básica de uso de trabalho

²⁷ Nisto consiste, por exemplo, a visão otimista, de raiz schumpeteriana, de Aghion, Antonin e Bunel (2020), que confiam no “poder da destruição criativa” para superar os dilemas contemporâneos para que as várias crises nos remetam.

alheio, de apropriação privada do excedente assim criado e a acumulação. Contingente é o conjunto de formas institucionais e de mecanismos relacionais com que se assegura a permanência e evolução e se limitam as crises. Por tudo isto a existência de “visões rivais da sociedade de mercado”²⁸ (Hirschman, 1982) é uma inevitabilidade e, sobretudo, uma condição para o debate sério.

8.1. Uma definição de capitalismo

Há, pois, um desafio analítico e hermenêutico, interpretativo, exigido pela história, pela prática e pela realidade mais imediata: ele consiste em perceber como surgiu, como mudou, a que formas chegou e em que momento se encontra hoje. Isso ajuda-nos a compreender o que é próprio do capitalismo e o que é circunstancial ou adicional e resulta da sua relação mais geral com outros mecanismos. E, portanto, como é que ele tem sido entendido e se tem inscrito nas nossas sociedades. Quer isto dizer que, para além do que lhe é intrínseco, há uma construção complexa e diferenciada no tempo e no espaço. Há condições de viabilidade do que se tornou uma realidade complexa.

Para tudo isto, o capitalismo careceu sempre de ajuda e alianças e assentou num processo de transformação permanente, desde, pelo menos, os tempos já longínquos da revolução industrial. O capitalismo é duração, mas é também crises e evoluções. É expressão de poder e de fraquezas. Incapaz de funcionar sozinho, usa a sociedade quando se pretendeu autonomizar e pô-la ao seu serviço. Foi assim quando se criou um exército de assalariados. O capitalismo regressa à sociedade quando precisa de se refazer e reconstituir para sobreviver ou se alargar para domínios que não eram seus. Foi assim depois da II GM em certas partes do globo, com um sentido positivo e inclusivo. É assim, hoje em dia, com um sentido muito diverso, quando domina a “financeirização” e esta carece de invadir o espaço das decisões pessoais e familiares, usando o crédito onde antes esteve o trabalho e os seus rendimentos. Ou quando o Estado se torna um sujeito mercantil, dependente de mercados e transações financeiras, que ocupam o lugar que antes era da soberania e do exercício do poder em nome da comunidade. Usou e usa, evidentemente, as leis, as normas e a política para que a sociedade se configure a seu jeito.²⁹

Por isso, a resposta à pergunta inicial inicia-se dizendo que o capitalismo é longo e tem perdurado porque se transforma, porque tem sido um lugar de *mudança* constante. A ideia de que este regime económico, social, político e institucional é único, se define unitariamente e por si mesmo, e é constante é, pois, a meu ver, errada. Ignora a natureza substantiva dos quadros em que o capitalismo existe, que vai muito para lá da sua natureza definítoria. Ora, o que isto mostra é que o capitalismo se desenvolve em contextos sociais, políticos e institucionais que, sendo diversos na sua matriz material, foram constituídos através de arranjos institucionais que têm como finalidade viabilizá-lo e consagrá-lo.

Para alcançarmos uma definição minimamente sólida do capitalismo ela tem de comportar este conjunto de dimensões. Tem de captar o essencial, o que é radicalmente definítório, e tem de valorizar o que, sendo contingente, está associado à sua concretização histórica. Por isso, sugiro:

O capitalismo é um regime económico, social e político que emergiu historicamente, assente nas relações de propriedade, no uso predominante do trabalho assalariado, no aproveitamento da natureza, no desenvolvimento da capacidade produtiva, na acumulação, em mecanismos de apropriação privada e diferenciada da riqueza criada, nos quais as transações têm um papel essencial, e que, através da combinação com a ação pública e da criação de arquiteturas institucionais que o viabilizam, desenvolveu uma base material, organizacional, tecnológica e financeira que em alguns períodos lhe conferiu estabilidade e

²⁸ Este artigo de Albert Hirschman (1982), “Rival interpretations of market society: civilizing, destructive, or feeble?”, que considero um dos textos mais ricos escritos por um economista, é uma inspiração singular para o que aqui escrevo. A riqueza da obra de Karl Polanyi, a intuição institucionalista, a escola da regulação e a ideia de “variedade de capitalismos” formam, em conjunto, um ambiente intelectual e conceitual a cuja riqueza procuro pagar tributo.

²⁹ John Elster (1982) revisita “a longa história” da análise funcional e discute o risco funcionalista de algumas perspetivas críticas, incluindo o marxismo. Este risco consiste, em grande medida, em descartar a compreensão da conflitualidade, das lutas sociais e das relações entre poderes assimétricos, abrindo espaço para de uma análise em que passam a sobrevalorizar-se as relações adaptativas ou funcionais através de mecânicas essencialmente a-históricas, desligadas de tensões políticas e sociais. Resta saber em que medida o que aqui escrevo incorre nesse risco ou se coloca para lá dele.

capacidade de inclusão, gerando uma ordem social e relacional cuja desestabilização por lógicas especulativas recriou instabilidades e riscos de insustentabilidade, revelando que as crises cíclicas de diferente natureza lhe são inerentes.

O capitalismo constitui a matéria de estudo basilar quando está em causa conhecer as formas de poder, de vida material e de criação de riqueza, quando se trata de conhecer a formação das instituições e a capacidade institucional, as relações de sociabilidade, os mecanismos de inclusão e de exclusão na sociedade, e quando se pretende avaliar as condições de estabilidade ou instabilidade da existência coletiva.

O capitalismo é, pois, um fenómeno histórico, diferenciado no tempo e no espaço, em permanente desequilíbrio, “impuro”, isto é, articulado com esferas sociais e políticas que lhe asseguram algum reequilíbrio, que dispõe de continuidades essenciais e de adaptações permanentes, em vista das crises que cria.

As nossas vidas, assim como as de muitas gerações anteriores à nossa, decorrem em circunstâncias que as transcendem e que têm de se associar a este sistema económico, social e político preciso e identificável. As questões materiais, institucionais e relacionais que nos rodeiam, as mudanças que nos envolvem, as formas de poder com que lidamos, assim como as deliberações que se tomam ou nós temos de tomar têm, pois, um contexto preciso, multiescalar e pluridimensional. Um contexto ubíquo. Designa-se capitalismo.

São o peso enorme do presente e o significado do passado que justificam que estudemos o capitalismo. O dramatismo com que, nos dias de hoje, se encara o futuro é uma razão adicional, cada vez mais exigente. A matéria de estudo resulta, pois, da relevância, da fenomenologia e do facto de ser este o ponto de emanação e de convergência das questões económicas, sociais ou da governação.

O que o capitalismo torna matéria de estudo é a sua complexidade e persistência. Não é, evidentemente, uma simples fase, fugaz ou transitória, da nossa organização coletiva – ele tem uma longa duração. Não é, como já vimos, algo e redutível a uma única dimensão, seja ela económica, social ou política. É uma construção complexa, tanto do ponto de vista material, como relacional e institucional. É um fenómeno histórico e político – e não um *dado*. Resulta de uma *evolução* e está em permanente *transformação* – não lhe corresponde um quadro estável.

Para lá de tudo isto, também sabemos hoje que aos desafios e às várias instabilidades que sempre foram reconhecidas, se juntaram vulnerabilidades profundas que, acumuladas, resultaram em problemas sérios de sustentabilidade, num cenário antes inimaginável de desafio pela calamidade. Em 2020 compreendemos como um sistema que assentou e se tornou dependente de intensas mobilidades e de permanente relacionamento se viu, subitamente, confinado, parado. Recuperou-se o sentido da governação pública. Hoje, vemos o mundo em convulsão, fruto da conflitualidade e da ameaça, de uma guerra iníqua, que certamente redefinirá as relações internacionais. Para melhor? Ao mesmo tempo, o drama das alterações climáticas exige ação e coordenação. Pode o capitalismo resistir a estes desafios? Definhará ou adaptar-se-á? São mais fortes as alternativas ou o poder de continuidade?

•••

Declaração responsável: O autor declara que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo.

Agradecimentos: Devo a João Rodrigues, um leitor cuidadoso a quem muito agradeço, a apreciação de uma versão inicial deste texto e os comentários muito úteis que me fez.

9. REFERÊNCIAS

- Aghion, P., Antonin, C., & Bunel, S. (2020). *Le Pouvoir de la Destruction Créatrice*. Odile Jacob.
- Aglietta, M. (1976). *Régulation et crises du capitalisme*. Calmann-Lévy.
- Aglietta, M. (Dir.) (2019). *Capitalisme: Le Temps des Ruptures*. Odile Jacob.
- Block, F. (2018). *Capitalism: the future of an illusion*. University of California Press.

- Boldizzoni, F. (2020). *Foretelling the End of Capitalism: Intellectual Misadventures since Karl Marx*. Harvard University Press.
- Boyer, R. (2002). *La Croissance, Début de Siècle: De l'Octet au Gène*. Albin Michel.
- Boyer, R. (2015). *Economie politique des capitalismes: Théorie de la régulation et des crises*. La Découverte.
- Boyer, R. (2020). *Les capitalismes à l'épreuve de la pandémie*. La Découverte.
- Boyer, R., & Mistral, J. (1978). *Accumulation, inflation, crises*. PUF.
- Boyer, R., & Saillard, Y. (Dir.) (1995). *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*. La Découverte.
- Braudel, F. (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalism, XV^e-XVIII^e siècle*. Armand Colin.
- Chesnais, F. (1994). *La Mondialisation du Capital*. Syros.
- Commons, J. (1931). Institutional Economics. *American Economic Review*, 21, 648-657.
- Delmas, P. (1991). *O Senhor do Tempo A Modernidade da Ação do Estado*. ASA.
- Dockès, P. (2019). *Le Capitalisme et ses Rythmes, quatre siècles en perspective. Tomo I, Sous le regard des géants*. Classiques Garnier
- Dockès, P. (2021). *Le Capitalisme et ses rythmes, quatre siècles en perspective. Tome II, Splendeurs et misère de la croissance*. Classiques Garnier.
- Elster, J. (1982). Marxism, functionalism, and game theory: The case for methodological individualism. *Theory and Society*, 11, 453-482. <http://www.jstor.org/stable/657101>.
- Encyclopedia Britannica (n.d.). New Deal. In *Encyclopedia Britannica*. Retrieved July 28, 2021. <https://www.britannica.com/event/New-Deal>
- Epstein, G. (Ed.) (2005). *Financialization and the World Economy*. Edward Elgar.
- Faudot, A., & Vercueil, J. (2021). "Dealing with rent and rentier economies: New perspectives from institutional economics", *Revue de la régulation*, 31. <https://doi.org/10.4000/regulation.20819>
- François, P., & Lemerrier, C. (2021). *Sociologie Historique du Capitalisme*. La Découverte.
- Galbraith, J.K. (1952). *American Capitalism: The Concept of Countervailing Power*. Houghton Mifflin.
- Galbraith, J.K. (1972 [1954]). *A Crise Económica de 1929: Anatomia de Uma Catástrofe Financeira*. Publicações Dom Quixote.
- Galiani, S., & Sened, I. (Eds.) (2014). *Institutions, Property Rights, and Economic Growth: The Legacy of Douglass North*. Cambridge University Press.
- Hall, P., & Soskice, D. (Eds.) (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford University Press.
- Hirschman, A. (1982). Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble? *Journal of Economic Literature*, XX, 1463-1484. <https://www.jstor.org/stable/2724829>
- Hirschman, A. (1984). Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating some Categories of Economic Discourse. *Economics and Philosophy*, 1, 7-21. <https://doi.org/10.1017/S0266267100001863>
- Hodgson, G. (2015). *Conceptualizing Capitalism: Institutions, Evolution, Future*. University of Chicago Press
Institute of Bard College. https://www.levyinstitute.org/pubs/wp_729.pdf
- Jessop, B. (2015). Comparative Capitalisms and/or Variegated Capitalism In M. Ebenau, I. Bruff & C. May, *New Directions in Comparative Capitalisms Research: Critical and Global Perspectives*. Palgrave Macmillan.
- Keynes, J. [1936] (2010). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Relógio de Água.
- Krahé, M. (2022). Changing Accounts of the Relationship between Capitalism and Democracy: From Incompatibility to Partnership, and Back? *History of Political Thought*, XLIII(1), 161-198. <https://www.ingentaconnect.com/contentone/imp/hpt/2022/00000043/00000001/art00006#>

- Kuttner, R. (2018). *Can Democracy Survive Global Capitalism?* Norton.
- Libecap, G.D. (2018). *Douglass C. North: Transaction Costs, Property Rights, and Economic Outcomes* (Working Paper 24585). National Bureau of Economic Research. <http://www.nber.org/papers/w24585>
- Maris, B. (2018). *O Futuro do Capitalismo*. Actual
- Monnet, É. (2021). *La Banque Providence: Démocratiser les Banques Centrales et la Monnaie*. Seuil.
- North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge University Press.
- North, D. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.
- Peck, J., & Theodore, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 31(6), 731-772. <https://doi.org/10.1177/0309132507083505>
- Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Temas e Debates.
- Pistor, K. (2019). *The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality*. Princeton University Press.
- Polanyi, K. [1944] (2012). *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Edições 70.
- Reis, J. (2001). A Globalização como Metáfora da Perplexidade: Os processos geoeconómicos e o 'simples' funcionamento dos sistemas complexos. In B. de Sousa Santos (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (pp. 109-134). Afrontamento.
- Reis, J. (2009), *Ensaio de Economia Impura*. Almedina.
- Reis, J. (2014). A ordem relacional do capitalismo. *Boletim de Ciências Económicas*, 57(3), 2991-3022. https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-3_13
- Reis, J. (2018). *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Portuguesa numa Periferia Persistente (1960-2017)*. Almedina.
- Rodrigues, J. (2004). Endogenous Preferences and Embeddedness: A Reappraisal of Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, 38(1), 189-200. <https://doi.org/10.1080/00213624.2004.11506671>
- Rodrigues, J. (2010), *Are Markets Everywhere?* Universidade de Manchester.
- Rodrigues, J. (2018a). Neoliberalism as a real utopia? Karl Polanyi and the theoretical practice of F. A. Hayek. *Globalizations*, 15(7), 1020-1032. <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1498174>
- Rodrigues, J. (2018b). O Debate na Grande Transformação: Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Karl Polanyi sobre Capitalismo, Socialismo e Mercados. *Ética, Política e Sociedade*, 1, 403-439. <https://doi.org/10.21814/eps.1.1>
- Rodrigues, J. (2018c). Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Número especial), 189-216. <https://doi.org/10.4000/rccs.7622>
- Rodrigues, J. (2022). *O Neoliberalismo Não É Um Slogan*. Tinta da Cinha.
- Rodrigues, J., Cordeiro Santos, A., & Teles, N. (2016). *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Actual.
- Rodrik, D., & Stantcheva, S. (2021). Fixing capitalism's good jobs problema. *Oxford Review of Economic Policy*, 37(4), 824-837. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grab024>
- Schumpeter, J. (1996). *Ensaio: Empresários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo*. Celta.
- Schumpeter, J. [1943](1996). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Unwin Paperbacks.
- Streeck, W. (2011a). The Crisis of Democratic Capitalism. *New Left Review*, 71, 35-64. <https://newleftreview.org/issues/ii71/articles/wolfgang-streeck-the-crises-of-democratic-capitalism>
- Streeck, W. (2011b). Taking Capitalism Seriously: Towards an Institutionalist Approach to Contemporary Political Economy. *Socio-Economic Review*, 9(1), 137-177. <https://doi.org/10.1093/ser/mwq032>
- Streeck, W. (2013a). *Tempo Comprado: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*. Actual.

Streeck, W. (2013b). *The Politics of Public Debt: Neoliberalism, Capitalist Development, and the Restructuring of the State* (MPIfG Discussion Paper, 13/7). <https://doi.org/10.1111/geer.12032>

Streeck, W. (2014). How Will Capitalism End? *New Left Review*, 87, 35-64. <https://newleftreview.org/issues/ii87/articles/wolfgang-streeck-how-will-capitalism-end>

Streeck, W. (2016). *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. Verso.